



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2004

Abre inscrições para o Concurso Público para provimento de cargos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, nos quadros de pessoal do Tribunal de Justiça e da Justiça de 1º Grau.

O Desembargador **MILSON DE SOUZA COUTINHO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, torna pública, para conhecimento de todos os interessados, a realização de Concurso Público destinado ao provimento de cargos vagos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, nos quadros de pessoal do Tribunal de Justiça e da Justiça de 1º Grau, que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e pelo Regulamento do Concurso baixado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – Resolução nº 7, de 14 de abril de 2004 e legislação aplicável.

**1. DOS CARGOS E DAS VAGAS**

- 1.1. O Concurso Público, subdividido em duas etapas distintas, destina-se ao provimento dos seguintes cargos:
- ETAPA I – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Médio, conforme indicado no Anexo I deste Edital;
  - ETAPA II – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Superior ou de Nível Fundamental, conforme indicado no Anexo II deste Edital.
- 1.2. Após o preenchimento das vagas indicadas nos Anexos I e II deste Edital, os candidatos habilitados e classificados poderão ser nomeados para o preenchimento das vagas que vierem a surgir nos quadros de pessoal do Tribunal de Justiça e da Justiça de 1º Grau do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, dentro do prazo de validade do Concurso.
- 1.3. A escolaridade mínima para cada um dos cargos -especialidades é a que se indica a seguir:
- 1.3.1. Cargos de Nível Superior – Curso Superior Completo (Graduação Plena)

Código	Cargo	Especialidade	Formação – Requisitos
1016	Analista Judiciário A		Direito.
1020	Analista Judiciário B	Administrador	Administração.
1033	Analista Judiciário B	Analista de Sistemas – Desenvolvimento	Ciências da Computação ou curso de nível superior com pós-graduação ( <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> ) em Informática ou Análise de Sistemas.
1047	Analista Judiciário B	Analista de Sistemas – Suporte e Redes	
1050	Analista Judiciário B	Arquiteto	Arquitetura.
1064	Analista Judiciário B	Comunicação Social	Comunicação Social, Jornalismo, Publicidade ou Relações Públicas.
1078	Analista Judiciário B	Contador	Ciências Contábeis.
1081	Analista Judiciário B	Economista	Economia.
1095	Analista Judiciário B	Engenheiro Civil	Engenharia Civil.
1105	Analista Judiciário B	Engenheiro Eletricista	Engenharia Elétrica.
1119	Analista Judiciário B	Médico Cardiologista	Medicina, com Residência Médica ou Título de Especialista em Cardiologia.
1122	Analista Judiciário B	Médico Clínico Geral	Medicina, com Residência Médica ou Título de Especialista em Clínica Médica.
1136	Analista Judiciário B	Médico Pediatra	Medicina, com Residência Médica ou Título de Especialista em Pediatria.
1140	Analista Judiciário B	Odontólogo	Odontologia.
1153	Analista Judiciário B	Psicólogo	Psicologia.
1167	Analista Judiciário C	Assistente Social	Assistência Social.
1170	Analista Judiciário C	Bibliotecário	Biblioteconomia.
1184	Analista Judiciário C	Biologia Molecular	Ciências Biológicas, Bioquímica ou Farmácia com pós-graduação ( <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> ) na área de Biologia Molecular.
1211	Analista Judiciário C	Enfermeiro	Enfermagem.
1225	Analista Judiciário C	Estatístico	Estatística ou Matemática com pós-graduação ( <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> ) em Estatística.
1256	Analista Judiciário C	Licenciado em Letras	Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa.
1287	Analista Judiciário C	Pedagogo	Pedagogia.

### 1.3.2. Cargos de Nível Médio (Segundo Grau) Completo

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>	<b>Formação complementar – Requisitos</b>
2018	Comissário de Menores		
2021	Técnico Judiciário A	Técnico em Contabilidade	Técnico em Contabilidade.
2035	Técnico Judiciário A	Técnico em Edificações	Técnico em Edificações .
2049	Técnico Judiciário A	Técnico em Enfermagem	Técnico em Enfermagem .
2052	Técnico Judiciário A	Técnico em Informática – <i>Hardware</i>	Técnico em Informática.
2066	Técnico Judiciário A	Técnico em Informática – <i>Software</i>	Técnico em Informática.
2070	Técnico Judiciário A	Técnico em Laboratório	Técnico em Laboratório (Área da Saúde).
2083	Técnico Judiciário A	Técnico em Telecomunicações	Técnico em Telecomunicações .
2097	Técnico Judiciário B		

### 1.3.3. Cargos de Nível Fundamental (Primeiro Grau) Completo (antigo nível ginasial)

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Requisito complementar</b>
3010	Auxiliar Judiciário	
3023	Motorista	Carteira Nacional de Habilitação, categoria B, C ou D.
3037	Telefonista	Aptidão para o cargo, por Laudo expedido por Fonoaudiólogo.

1.3.4. Para a especialidade cujo exercício exija registro em Conselho Profissional, este se constitui em requisito complementar para a referida especialidade.

## 2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. A remuneração mensal, referente ao mês de julho de 2004, dos cargos a serem providos por este Concurso Público, é a fixada na Lei Estadual 8.032, de 10 de dezembro de 2003.

2.2. As atividades inerentes a cada um dos cargos serão desenvolvidas na comarca para a qual o candidato for nomeado, se inscrito para cargos na Justiça de 1º Grau, e no Tribunal de Justiça, se inscrito para cargos deste quadro.

2.3. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade da Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência – Fundação ESAG, com sede em Florianópolis (SC).

## 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. O processo de inscrição a este Concurso Público dar-se-á através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, ou através da Internet.

3.2. O Processo de Inscrição a este Concurso Público através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT ocorrerá em 2 (duas) partes distintas, conforme indicado nos itens 3.2.1 e 3.2.2.

3.2.1. A primeira parte do Processo de Inscrição através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT corresponde ao PAGAMENTO DO VALOR DE INSCRIÇÃO e à RETIRADA DA FICHA DE INSCRIÇÃO e do IMPRESSO COM O INTEIRO TEOR DESTES EDITAIS, no horário de expediente externo, nas seguintes agências da ECT de São Luís: Anil; Central de São Luís; Conjunto Bequimão; Cidade Operária; João Paulo; Maioba; Outeiro da Cruz; Osvlado Cruz; São Pantaleão, Vinhais, e nas agências centrais das cidades indicadas nos Anexos I e II deste Edital, exceto Buriticupu e Maracaçumé, nos seguintes períodos:

a. ETAPA I – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Médio, constantes do Anexo I, de 4 a 22 de outubro de 2004;

b. ETAPA II – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Superior ou de Nível Fundamental, constantes do Anexo II, 31 de janeiro a 4 de março de 2005.

3.2.2. A segunda parte do Processo de Inscrição através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT corresponde à DEVOLUÇÃO DA FICHA DE INSCRIÇÃO devidamente preenchida, com seus anexos (se for o caso), com a respectiva entrega na mesma agência da ECT em que foi efetuada a primeira parte, ocorrendo também no horário de expediente externo, nos mesmos períodos, a saber:

a. ETAPA I – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Médio, constantes do Anexo I, de 4 a 22 de outubro de 2004;

b. ETAPA II – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Superior ou de Nível Fundamental, constantes do Anexo II, 31 de janeiro a 4 de março de 2005.

3.2.3. Para efetivar sua inscrição através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, o candidato deverá entregar os documentos a seguir relacionados:

a. Ficha de Inscrição (devolução), devidamente preenchida em letra de forma, sem rasuras;

b. Fotocópia legível da face de sua cédula de identidade que contém nome, local e data de nascimento do candidato, colada na Ficha de Inscrição. Caso estes dados não estejam numa só face, a segunda face deve ser colada no verso da Ficha de Inscrição.

- 3.3. O Processo de Inscrição a este Concurso Público através da Internet ocorrerá em 2 (duas) partes distintas, conforme indicado nos itens 3.3.1 e 3.3.2.
- 3.3.1. A primeira parte do processo de inscrição a este Concurso Público através da Internet consiste em acessar o [site www.tjma.concursos.fesag.br](http://www.tjma.concursos.fesag.br) ou o [site www.tj.ma.gov.br](http://www.tj.ma.gov.br) apontando para INSCRIÇÕES ONLINE e preencher a Ficha de Inscrição e imprimir o respectivo boleto bancário, nos períodos indicados a seguir:
- ETAPA I – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Médio, constantes do Anexo I, de 4 a 22 de outubro de 2004;
  - ETAPA II – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Superior ou de Nível Fundamental, constantes do Anexo II, 31 de janeiro a 4 de março de 2005.
- 3.3.2. A segunda parte do processo de inscrição a este Concurso Público através da Internet consiste em efetuar o pagamento do Valor da Inscrição através do boleto bancário impresso, nos períodos indicados a seguir:
- ETAPA I – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Médio, constantes do Anexo I, de 4 a 22 de outubro de 2004;
  - ETAPA II – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Superior ou de Nível Fundamental, constantes do Anexo II, 31 de janeiro a 4 de março de 2005.
- 3.3.3. A Fundação ESAG não se responsabiliza por solicitações de inscrição através da Internet não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 3.3.4. As inscrições efetuadas através da Internet somente serão acatadas após o pagamento do respectivo boleto bancário.
- 3.3.5. O inteiro teor do Edital, para os candidatos inscritos através da Internet, estará disponível nos endereços eletrônicos citados no item 3.3.1., sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.
- 3.3.6. Os candidatos inscritos através da Internet não deverão enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua responsabilidade exclusiva os dados cadastrais informados no ato de inscrição.
- 3.4. No preenchimento da Ficha de Inscrição, seja a inscrição efetuada pela ECT ou pela Internet, são campos obrigatórios:
- Nome do candidato;
  - Data de nascimento;
  - Código do cargo;
  - Código de lotação (comarca ou Tribunal de Justiça);
  - Número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF), válido e em nome do candidato;
  - Endereço eletrônico (*e-mail*), se efetuar a inscrição pela Internet.
- 3.5. O Processo de Inscrição somente se completa:
- com a entrega de todos os documentos exigidos, para as inscrições efetuadas através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT; ou
  - com o pagamento do boleto bancário para as inscrições efetuadas através da Internet.
- 3.6. O Valor da Inscrição é o indicado na tabela a seguir:
- | <b>Nível de Escolaridade do Cargo</b> | <b>Valor da Inscrição</b> |
|---------------------------------------|---------------------------|
| Nível Superior                        | R\$ 75,00                 |
| Nível Médio (2º Grau)                 | R\$ 60,00                 |
| Nível Fundamental (1º Grau)           | R\$ 30,00                 |
- 3.7. Cada candidato poderá efetuar apenas 1(uma) inscrição para cada situação indicada nos itens “a” e “b” a seguir:
- inscrição na Etapa I deste Concurso Público;
  - inscrição na Etapa II deste Concurso Público e inscrição no Concurso regido pelo Edital 002/2004 (Oficial de Justiça).
- 3.7.1. Havendo mais de 1 (uma) inscrição em desacordo com o item 3.7 letras “a” ou “b”, será considerada apenas a inscrição mais recente, conforme a data de pagamento (quando efetuada através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT) ou o preenchimento da Ficha de Inscrição, quando efetuada através da Internet, considerando-se canceladas as demais inscrições, permanecendo, em caso de mesma data, a inscrição de maior número.
- 3.8. São condições de inscrição:
- ser brasileiro ou gozar das prerrogativas previstas no art. 12 da Constituição Federal;
  - encontrar-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
  - conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no Regulamento do Concurso aprovado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e neste Edital.
- 3.8.1. Ao efetuar a entrega de sua Ficha de Inscrição na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, ou ao efetuar o pagamento do boleto bancário, o candidato está declarando formalmente que se encontra quite com o Serviço Militar e com a Justiça Eleitoral, e que preenche os requisitos estabelecidos no item 3.8.
- 3.9. Será indeferida a inscrição do candidato que:
- indicar código de cargo cuja vaga não esteja prevista nos Anexos I ou II deste Edital;

- b. indicar código da comarca / Tribunal de Justiça para a qual não esteja prevista vaga para o cargo indicado na Ficha de Inscrição, conforme Anexos I ou II deste Edital;
  - c. deixar de indicar o código do cargo, ou que indicar mais de um código na Ficha de Inscrição;
  - d. deixar de indicar o código da comarca / Tribunal de Justiça, ou que indicar mais de um código na Ficha de Inscrição.
- 3.10. São considerados desistentes os candidatos que, mesmo tendo pago o Valor da Inscrição, não tenham preenchido e devolvido a respectiva Ficha de Inscrição nos prazos indicados nos itens 3.2.2.a ou 3.2.2.b, se efetuada a inscrição através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, ou não efetuar o pagamento do boleto bancário nos prazos indicados nos itens 3.3.2.a ou 3.3.2.b, se efetuada a inscrição através da Internet.
- 3.11. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato (exceto correções de ortografia) quanto aos códigos do cargo e/ou comarca (inscrição para a Justiça de 1º Grau) ou do Tribunal de Justiça, escolhidos.
- 3.12. O pagamento do Valor da Inscrição deverá ser feito unicamente em moeda corrente.
- 3.13. O Valor de Inscrição, uma vez pago, não será restituído.
- 3.14. Não haverá inscrição condicional e nem por correspondência. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, será ela cancelada.
- 3.15. Será permitida a inscrição por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, com poderes específicos para este Concurso Público, devendo o procurador entregar, além dos documentos exigidos no item 3.2.3, a cópia do instrumento de procuração.
- 3.15.1. O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador na Ficha de Inscrição, arcando com as conseqüências de eventuais erros de preenchimento daquele documento.
- 3.15.2. Ocorrendo divergência entre o indicado na procuração e os Códigos de Inscrição indicados na Ficha de Inscrição, será considerado o que constar da Ficha de Inscrição.
- 3.16. A adulteração de qualquer elemento da cópia da cédula de identidade em relação a seu original e/ou a não veracidade de declaração apresentada por disposição deste Edital ou na Ficha de Inscrição, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Concurso Público, se a inscrição já tiver sido deferida.
- 3.17. Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização de provas deverão encaminhar, através de SEDEX da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, à Fundação ESAG – Rua Salvatina Feliciano dos Santos, 525 – Itacorubi – 88034.001 – Florianópolis (SC), requerimento formal indicando as condições especiais que necessitam para a realização das provas, acompanhado da cópia da Ficha de Inscrição, efetuando a postagem destes requerimentos até as seguintes datas -limite:
- a. ETAPA I – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Médio, constantes do Anexo I, 27 de outubro de 2004;
  - b. ETAPA II – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Superior ou de Nível Fundamental, constantes do Anexo II, 9 de março de 2005.
- 3.17.1. O candidato que não atender ao disposto no item 3.17 até as datas -limite indicadas nas letras “a” e “b” não terá a prova especial disponibilizada.
- 3.17.2. Em função das tarefas a serem executadas pelos ocupantes dos cargos objeto deste Concurso Público, não serão admitidos pedidos de provas em Braille, “ampliada” ou “leitura de prova”, exceto para aqueles que se inscreverem para o cargo de Telefonista, na Etapa II.
- 3.17.3. A decisão quanto a esses requerimentos caberá à Fundação ESAG.
- 3.17.4. O requerimento a que se refere o item 3.17 não se constitui no requerimento previsto no item 7.1.1. (vagas reservadas a portadores de deficiência), nem com ele guarda qualquer relação.
- 4. DO DOCUMENTO DE CONFIRMAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**
- 4.1. A confirmação da inscrição deferida se fará por documento em que estarão indicados os dados do candidato e o local onde este fará a Prova Objetiva.
- 4.2. O Documento de Confirmação de Inscrição será remetido:
- a. ao endereço eletrônico do candidato que efetuar sua inscrição através da Internet;
  - b. ao endereço eletrônico que o candidato indicar na Ficha de Inscrição, se efetuar sua inscrição através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT;
  - c. ao endereço que o candidato indicar na Ficha de Inscrição, se estiver completo, para os candidatos não enquadrados nas letras “a” e “b” deste item.
- 4.2.1. Havendo incorreção ou dados incompletos do endereço eletrônico que o candidato indicar na Ficha de Inscrição, o Documento não será remetido, devendo o candidato retirá-lo conforme o item 4.2.3. deste Edital.
- 4.2.2. Havendo incorreção ou dados incompletos na Ficha de Inscrição – em especial ausência do Código de Endereçamento Postal (CEP) –, o Documento não será remetido pelo correio, devendo o candidato retirá-lo conforme o item seguinte deste Edital (4.2.3).
- 4.2.3. Os candidatos que não tiverem recebido o Documento de Confirmação de Inscrição deverão retirá-lo através da Internet, nos sites [www.tjma.concursos.fesag.br](http://www.tjma.concursos.fesag.br) ou [www.tj.ma.gov.br](http://www.tj.ma.gov.br), a partir de:
- a. Na ETAPA I – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Médio, constantes do Anexo I – 8 (oito) horas de 1º de dezembro de 2004;

- b. Na ETAPA II – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Superior ou de Nível Fundamental, constantes do Anexo II – 8 (oito) horas de 12 de abril de 2005.
- 4.3. O candidato, quer pessoalmente ou representado por seu preposto ou procurador, é responsável pela conferência do Documento de Confirmação de Inscrição que receber.
- 4.4. Em caso de ocorrência de divergência do Documento de Confirmação de Inscrição, o candidato deverá solicitar a correção à Fundação ESAG, através do fax (0XX48) 3346437 ramal 212, ou através do endereço eletrônico **corr-inscr@tjma.concursos.fesag.br**.
- 4.5. Será indeferido qualquer pedido relativo ao item anterior (4.4) que constitua alteração das condições expressas na Ficha de Inscrição, nos termos do item 3.11 deste Edital.
- 4.6. Será publicado no *Diário da Justiça do Estado do Maranhão* ato indicando os candidatos cuja inscrição foi deferida, até as seguintes datas-limite:
  - a. Na ETAPA I – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Médio, constantes do Anexo I – 1º de dezembro de 2004;
  - b. Na ETAPA II – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Superior ou de Nível Fundamental, constantes do Anexo II – 12 de abril de 2005.

## **5. DAS PROVAS**

- 5.1. O Concurso Público será efetuado mediante aplicação de provas objetiva, discursiva, de digitação, prática e de títulos, em que serão avaliados os conhecimentos e/ou habilidades dos candidatos sobre as matérias relacionadas a cada cargo.
- 5.2. A Fundação ESAG, visando preservar a veracidade e autenticidade do Concurso Público, poderá proceder, no momento da aplicação das provas, à autenticação digital dos cartões de resposta personalizados ou de outros documentos pertinentes.
- 5.3. Todos os programas objetos das provas e respectivos quantitativos de questões constam do Anexo III do presente Edital.
- 5.4. O candidato portador de deficiência, ou que requerer condição especial de prova nos termos do item 3.17, participará do Concurso em igualdade de condições com os demais, no que se refere ao conteúdo, à avaliação, à duração, ao horário e à aplicação das provas.
- 5.5. Para a entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar:
  - a. cédula de Identidade ou carteira expedida por órgãos ou conselhos de classe que tenham força de documento de identificação (OAB, CORECON, CRA, CREA, etc.), carteira de trabalho e previdência social ou carteira nacional de habilitação com foto; e,
  - b. Documento de Confirmação de Inscrição.
- 5.5.1. O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.
- 5.5.2. Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos (como crachás, identidade funcional, título de eleitor, carteira nacional de habilitação sem fotografia, etc.), diferentes dos estabelecidos.
- 5.5.3. Não serão aceitas cópias de documentos ou papéis em substituição ao exigido no item 5.5, quer eles estejam autenticados ou não.
- 5.6. Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao início das mesmas. O horário fixado será o horário oficial local de São Luís (MA). Será vedada a admissão em sala de provas ao candidato que se apresentar após o início das mesmas.
- 5.7. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de provas fora do horário e local marcados para todos os candidatos.
- 5.8. O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e a Fundação ESAG não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas deste Concurso Público.

## **5.9. DA PROVA OBJETIVA**

- 5.9.1. A Prova Objetiva será realizada:
  - a. Na ETAPA I – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Médio, constantes do Anexo I, 12 de dezembro de 2004, às 8 (oito) horas;
  - b. Na ETAPA II – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Superior ou de Nível Fundamental, constantes do Anexo II, 24 de abril de 2005, às 8 (oito) horas.
- 5.9.2. A Prova Objetiva será realizada nas cidades indicadas no Anexo I e II.
  - 5.9.2.1. Para cada comarca / Tribunal de Justiça, está indicada a respectiva cidade em que os candidatos farão a Prova Objetiva.
- 5.9.3. A Fundação ESAG reserva-se o direito de, na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, com a devida aprovação da Comissão do Concurso, realizar a Prova Objetiva em outras cidades próximas às cidades indicadas nos Anexos I e II.
- 5.9.4. A Prova Objetiva terá 50 (cinquenta) questões, com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo 1 (uma), e apenas 1 (uma), a correta. O número de questões de cada matéria está especificado junto aos programas, no Anexo III deste Edital, exceto para o cargo de Analista Judiciário A.

- 5.9.5. Para o cargo de Analista Judiciário A, a Prova Objetiva terá 100 (cem) questões, com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo 1 (uma), e apenas 1 (uma), a correta. O número de questões de cada matéria está especificado junto aos programas, no Anexo III deste Edital.
- 5.9.6. A Prova Objetiva terá duração de 5 (cinco) horas, e será realizada no dia e hora indicados nos itens 5.9.1.a e 5.9.1.b, e no local que constar do Documento de Confirmação de Inscrição previsto no item 4.1 deste Edital.
- 5.9.7. Para a realização da Prova Objetiva, respondida em cartão de respostas, os candidatos deverão dispor de caneta esferográfica preta ou azul. (A marca recomendada pelo fabricante da leitora ótica é a BIC – escrita normal).
- 5.9.7.1. O preenchimento dos cartões de respostas é de total responsabilidade do candidato, sendo expressamente vedado o auxílio de terceiro na execução desta tarefa, qualquer que seja o pretexto, sob pena de ser atribuída nota 0 (zero) à Prova Objetiva.
- 5.9.8. A Prova Objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez), sendo a nota desta prova expressa com 2 (duas) decimais, tendo todas as questões o mesmo valor.
- 5.9.9. Na hipótese de anulação de questão(ões) da Prova Objetiva, quando de sua avaliação, a(s) mesma(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos.
- 5.9.10. Será atribuída nota 0 (zero):
- à(s) questão(ões) da Prova Objetiva que contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
  - à(s) questão(ões) da Prova Objetiva que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;
  - à(s) questão(ões) da Prova Objetiva que não estiver(em) assinalada(s) no cartão de respostas;
  - à(s) questão(ões) da Prova Objetiva, ou à Prova Objetiva, cujo cartão de respostas for preenchido fora das especificações contidas nele ou nas instruções da prova, ou seja, preenchidas com canetas não esferográficas ou com canetas esferográficas de cor diferente de azul ou preta, ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.
- 5.9.11. Será considerado aprovado na Prova Objetiva e habilitado à participação na Prova Discursiva o candidato que acertar, no mínimo, metade das questões da Prova Objetiva.
- 5.9.12. Os candidatos somente poderão se retirar do local da Prova Objetiva, após 2 (duas) horas do início da mesma.
- 5.9.13. Os 2 (dois) últimos candidatos de cada sala da Prova Objetiva somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, simultaneamente.
- 5.9.14. O candidato, ao encerrar a Prova Objetiva, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão de respostas devidamente assinado no verso, e o caderno de provas, podendo reter para si, apenas, a folha do caderno de provas em que consta a cópia do cartão de respostas.
- 5.9.15. Durante a realização da Prova Objetiva, é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos, anotações, códigos e a qualquer legislação, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do processo.
- 5.10. DA PROVA DISCURSIVA**
- 5.10.1. A Prova Discursiva constará de 5 (cinco) questões teóricas e/ou práticas, que consistirão na execução de atos próprios do cargo a ser provido, e versarão sobre as disciplinas e respectivos programas de cada cargo e especialidade, indicados no Anexo III do Edital.
- 5.10.1.1. Cada uma das questões teóricas e/ou práticas deverá ser respondida sob forma de dissertação e:
- Para o cargo de Analista Judiciário A, com no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 30 (trinta) linhas;
  - Para os demais cargos, com no mínimo 10 (dez) linhas e no máximo 15 (quinze) linhas.
- 5.10.2. Para os cargos cuja escolaridade mínima é o Nível Fundamental (Auxiliar Judiciário, Motorista e Telefonista), a Prova Discursiva constará de uma redação, duas questões de Organização Judiciária Estadual e uma questão de Matemática e Raciocínio Lógico.
- 5.10.2.1. A redação prevista para os cargos cuja escolaridade mínima é o Nível Fundamental (Auxiliar Judiciário, Motorista e Telefonista) deverá ter no mínimo 20 (vinte) linhas e no máximo 30 (trinta) linhas.
- 5.10.3. Serão convocados para participar da Prova Discursiva os candidatos habilitados (aprovados na Prova Objetiva) e pré-classificados até a posição-limite de 5 (cinco) vezes o respectivo número de vagas para a respectiva comarca / Tribunal de Justiça, número este indicado nos Anexos I e II deste Edital.
- 5.10.3.1. Havendo empate na última posição da pré-classificação, para aplicação do item 5.10.3, serão convocados todos os candidatos com a mesma nota.
- 5.10.4. Os candidatos pré-classificados para a Prova Discursiva serão convocados por edital publicado no *Diário da Justiça do Estado do Maranhão*, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data de sua realização, sendo naquele órgão informados data, local e horário de realização da prova e a disponibilidade da nominata dos convocados no Quadro de Avisos na sede do Tribunal de Justiça, à Avenida Pedro II, Palácio Clóvis Beviláqua, Centro, São Luís e nos sites [www.tjma.concursos.fesag.br](http://www.tjma.concursos.fesag.br) e [www.tj.ma.gov.br](http://www.tj.ma.gov.br).
- 5.10.4.1. Do edital de convocação constará apenas a nominata dos candidatos, em ordem alfabética, seu CPF, o local de realização de sua prova e, também, a menor nota da Prova Objetiva, dentre os candidatos pré-classificados, não sendo divulgadas, nesta ocasião, as notas da Prova Objetiva dos candidatos individualmente.
- 5.10.5. A Prova Discursiva será realizada na cidade de São Luís (MA).
- 5.10.6. A Prova Discursiva terá duração de 5 (cinco) horas.

- 5.10.7. Cada questão da Prova Discursiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 2 (dois), admitindo-se as notas de 0 (zero), 0,5 (meio), 1 (um), 1,5 (um e meio) e 2 (dois).
- 5.10.7.1. A redação prevista no item 5.10.2.1 será avaliada na escala de 0 (zero) a 4 (quatro), mantido o critério fracionário indicado no item 5.10.7 (fração de 0,5).
- 5.10.7.2. A nota da Prova Discursiva será a soma das notas atribuídas a cada questão que a compõe.
- 5.10.7.3. Na correção da Prova Discursiva será, também, considerado o uso correto da Língua Portuguesa (forma redacional, coerência, coesão, ortografia, concordância e pontuação).
- 5.10.8. Será considerado aprovado na Prova Discursiva o candidato que:
- obtiver nota maior que zero (0) em cada uma das questões práticas; e
  - obtiver nota da Prova Discursiva igual ou superior a 5,00 (cinco inteiros).
- 5.10.9. O candidato, ao encerrar a Prova Discursiva, entregará ao fiscal de prova/sala as folhas de respostas sem qualquer identificação, e o caderno de provas, não podendo reter para si qualquer documento desta prova.
- 5.10.9.1. O candidato que rubricar, assinar ou identificar, por qualquer forma, sua Prova Discursiva terá nota 0 (zero) nesta prova e será excluído do Concurso.
- 5.10.9.2. O candidato deverá atentar para as instruções constantes do caderno de prova, devendo responder às questões de forma ordenada e letra legível, evitando rasuras no texto de resposta, e utilizando somente caneta de tinta azul ou preta, sendo vedado o uso de caneta com tinta de cor diversa ou de instrumento de escrita com grafite (lápis, lapiseira, etc.), sendo atribuída nota 0 (zero) à prova cuja(s) folha(s) de resposta for(em) preenchida(s) fora dessas especificações.
- 5.10.10. Durante a realização da Prova Discursiva, é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do processo, salvo o disposto nos itens 5.10.10.1 e 5.10.10.2, para o cargo de Analista Judiciário A.
- 5.10.10.1. Durante a realização da Prova Discursiva para o cargo de Analista Judiciário A, é permitida a consulta à legislação, desacompanhada de qualquer comentário, anotação, jurisprudência ou súmula dos tribunais. A transgressão deste dispositivo importará na eliminação do candidato.
- 5.10.10.2. O candidato, ao chegar ao local de prova, após a abertura dos portões, deverá se dirigir diretamente à respectiva sala, evitando aglomerações nos corredores e transtorno na organização dos trabalhos para verificação dos materiais utilizados na Prova Discursiva.

#### **5.11. DA PROVA DE DIGITAÇÃO**

- 5.11.1. A Prova de Digitação constará de cópia de texto impresso, em microcomputador, com a utilização de *software* Microsoft Word, em que será avaliada a habilidade dos candidatos para desempenho de tarefas de digitação, desabilitadas as funções de correção automática do texto e respectivos dicionários.
- 5.11.2. Deverão participar da Prova de Digitação os candidatos aos cargos de escolaridade de Nível Médio – Etapa I (Anexo I deste Edital).
- 5.11.3. Estará apto a participar da Prova de Digitação o candidato aprovado na Prova Discursiva.
- 5.11.4. Os candidatos aptos à Prova de Digitação serão convocados por edital publicado no *Diário da Justiça do Estado do Maranhão*, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data de sua realização, sendo naquele órgão informados data, local e horário de realização da prova, e a disponibilidade da nominata dos convocados no Quadro de Avisos na sede do Tribunal de Justiça, à Avenida Pedro II, Palácio Clóvis Bevilácqua, Centro, São Luís e nos **sites [www.tjma.concursos.fesag.br](http://www.tjma.concursos.fesag.br) e [www.tj.ma.gov.br](http://www.tj.ma.gov.br)**.
- 5.11.4.1. Do edital de convocação constará apenas a nominata dos candidatos, em ordem alfabética, seu CPF, o local de realização de sua prova, não sendo divulgadas, nesta ocasião, as notas da Prova Objetiva e da Prova Discursiva dos candidatos individualmente.
- 5.11.5. A Prova de Digitação será realizada na cidade de São Luís (MA).
- 5.11.6. A Prova de Digitação, cuja duração será de 6 (seis) minutos, será avaliada pelo número de toques líquidos, correspondentes à produção (total de toques efetuados) deduzidos os erros (quantidade e tipo de erros cometidos).
- 5.11.7. Os tipos de erros são:
- Erros simples – ES (computados pela quantidade de toques errados);
  - Omissões no texto datilografado – OM (computados pela quantidade de toques omitidos até a última palavra digitada pelo candidato);
- Total de Erros = 1 x ES + 2 x OM
- 5.11.8. A quantidade de toques líquidos será dada pela fórmula:
- Toques Líquidos = Total de Toques – Total de Erros
- 5.11.9. O candidato será avaliado na Prova de Digitação como APTO e, conseqüentemente, aprovado, ou NÃO APTO e, conseqüentemente, reprovado.
- 5.11.10. O candidato que atingir 600 toques líquidos ou mais, e que tiver um Total de Erros inferior a 120, será considerado APTO e, por conseqüência, aprovado.

5.11.11. O candidato que não alcançar o mínimo de 600 (seiscentos) toques líquidos, ou que tiver um Total de Erros igual ou superior a 120 (cento e vinte), será considerado NÃO APTO, e restará reprovado.

## **5.12. DA PROVA PRÁTICA**

5.12.1. A Prova Prática constará de duas partes, que serão realizadas na mesma data, em seqüência:

- a. Parte 1 – Condução de veículo (automóvel ou camionete), com câmbio manual, por até 15 (quinze) minutos, iniciando-se com o veículo estacionado.
- b. Parte 2 – Será efetuada através de argüição oral, com perguntas relacionadas à mecânica de automóveis, a partir da identificação e/ou observação e/ou visualização de componente(s) do veículo.

5.12.2. Deverão participar da Prova Prática de condução de veículos e de noções de mecânica de automóvel os candidatos ao cargo de Motorista.

5.12.3. Estará apto a participar da Prova Prática o candidato aprovado na Prova Discursiva.

5.12.4. Os candidatos aptos para a Prova Prática serão convocados por edital publicado no *Diário da Justiça do Estado do Maranhão*, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data de sua realização, sendo naquele órgão informados data, local e horário de realização da prova, e a disponibilidade da nominata dos convocados no Quadro de Avisos na sede do Tribunal de Justiça, à Avenida Pedro II, Palácio Clóvis Beviláqua, Centro, São Luís e nos sites [www.tjma.concursos.fesag.br](http://www.tjma.concursos.fesag.br) e [www.tj.ma.gov.br](http://www.tj.ma.gov.br).

5.12.4.1. Do edital de convocação constará apenas a nominata dos candidatos, em ordem alfabética, seu CPF, o local de realização de sua prova, não sendo divulgadas, nesta ocasião, as notas da Prova Objetiva e da Prova Discursiva dos candidatos individualmente.

5.12.5. A Prova Prática será realizada na cidade de São Luís (MA).

5.12.6. O candidato será avaliado em cada uma das partes da Prova Prática como APTO e, conseqüentemente, aprovado, ou NÃO APTO e, conseqüentemente, reprovado.

5.12.7. Será considerado aprovado na Prova Prática o candidato que for considerado APTO tanto na Parte 1 como na Parte 2 desta prova.

## **5.13. DA PROVA DE TÍTULOS**

5.13.1. Os candidatos que participarem da Prova de Títulos deverão fazer a entrega dos documentos pertinentes, na sede do Tribunal de Justiça, à Avenida Pedro II, Palácio Clóvis Beviláqua, Centro, São Luís, até o quinto dia útil subsequente à sua convocação, no horário das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.

5.13.2. Participação da Prova de Títulos:

- a. Na ETAPA I – os candidatos convocados para a Prova de Digitação;
- b. Na ETAPA II – os candidatos aos cargos com exigência de escolaridade de Nível Superior ou de Nível Fundamental (exceto motoristas), convocados para a Prova Discursiva e os candidatos ao cargo de motorista (de Nível Fundamental), convocados para a Prova Prática.

5.13.3. A avaliação dos títulos será efetuada nos termos do Artigo 31 do Regulamento do Concurso – Resolução nº 7, de 14 de abril de 2004, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

5.13.4. O candidato convocado para a Prova de Títulos deverá obter na sede do Tribunal de Justiça, à Avenida Pedro II, Palácio Clóvis Beviláqua, Centro, São Luís ou nos sites [www.tjma.concursos.fesag.br](http://www.tjma.concursos.fesag.br) e [www.tj.ma.gov.br](http://www.tj.ma.gov.br) o formulário específico para a apresentação dos títulos.

## **6. DA CLASSIFICAÇÃO**

6.1. Os candidatos aprovados nas provas objetiva, discursiva, de digitação e prática, conforme o cargo a que concorrerem, serão classificados:

- a. Se o cargo pertencer ao quadro do Tribunal de Justiça – por cargo-especialidade, em ordem decrescente da média aritmética ponderada das notas obtidas nas provas objetiva e discursiva.
- b. Se o cargo pertencer ao quadro da Justiça de 1º Grau – por cargo-especialidade e respectiva comarca, em ordem decrescente da média aritmética ponderada das notas obtidas nas provas objetiva e discursiva.

6.1.1. É vedado a qualquer candidato participar, para um mesmo cargo, de ambas as classificações previstas nos itens 6.1.a e 6.1.b.

6.2. Os candidatos que participarem da classificação prevista no item 6.1.b, serão, também, classificados por cargo, para a Justiça de 1º Grau como um todo, em ordem decrescente da média aritmética ponderada das notas obtidas nas provas objetiva e discursiva.

6.3. Para o cálculo da média aritmética ponderada, expressa com 2 (dois) decimais, os pesos das provas correspondem a:

- a. Prova Objetiva – peso 40% (quarenta por cento);
- b. Prova Discursiva – peso 60% (sessenta por cento).

6.4. Ocorrendo empate na média aritmética ponderada, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

6.5. Para os candidatos que não estão sob amparo do item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a. obtiver a maior nota na Prova de Títulos;

- b. obtiver a maior nota na Prova Discursiva;
  - c. for mais idoso.
- 6.6. A não aceitação da nomeação pelo candidato, antes da efetivação desta, implicará na reclassificação do mesmo para a última posição das classificações que participar.

**7. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA**

- 7.1. Serão reservadas vagas aos portadores de deficiência, para cargos e especialidades nas comarcas e no Tribunal de Justiça, na proporção de 5% (cinco por cento) das respectivas vagas previstas, arredondado este número estatisticamente para inteiro, como segue:

- a. No quadro do Tribunal de Justiça

<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>	<b>Vagas Reservadas</b>
Analista Judiciário A		3
Analista Judiciário B	Administrador	1
Técnico Judiciário B		8
Auxiliar Judiciário		8
Motorista		2
Telefonista		1

- b. No quadro da Justiça de 1º Grau

<b>Cargo</b>	<b>Comarca</b>	<b>Entrância</b>	<b>Vagas Reservadas</b>
Analista Judiciário A	São Luís	4ª	3
Técnico Judiciário B	Açailândia	3ª	1
Técnico Judiciário B	Bacabal	3ª	1
Técnico Judiciário B	Caxias	3ª	1
Técnico Judiciário B	Codó	3ª	1
Técnico Judiciário B	Imperatriz	3ª	3
Técnico Judiciário B	Itapecuru-Mirim	3ª	1
Técnico Judiciário B	Pedreiras	3ª	1
Técnico Judiciário B	Santa Inês	3ª	1
Técnico Judiciário B	Timon	3ª	1
Técnico Judiciário B	São Luís	4ª	10
Auxiliar Judiciário	Açailândia	3ª	1
Auxiliar Judiciário	Bacabal	3ª	1
Auxiliar Judiciário	Caxias	3ª	1
Auxiliar Judiciário	Imperatriz	3ª	2
Auxiliar Judiciário	Santa Inês	3ª	1
Auxiliar Judiciário	Timon	3ª	1
Auxiliar Judiciário	São Luís	4ª	8
Comissário de Menores	São Luís	4ª	1

- 7.1.1. O candidato portador de deficiência deverá protocolar junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à Avenida Pedro II, Palácio Clóvis Beviláqua, Centro, São Luís, requerimento à Comissão do Concurso, com solicitação de enquadramento no item anterior (7.1), indicando o cargo e especialidade na comarca ou no Tribunal de Justiça a que concorre, e seu número de CPF, especificando a respectiva deficiência, anexando atestado médico comprovando sua deficiência (CID) e cópia de sua Ficha de Inscrição, nos seguintes períodos:
- a. ETAPA I – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Médio, constantes do Anexo I, de 4 a 27 de outubro de 2004;
  - b. ETAPA II – Cargos com exigência de escolaridade de Nível Superior ou de Nível Fundamental, constantes do Anexo II, 31 de janeiro a 10 de março de 2005.
- 7.1.2. O candidato que apresentar requerimento nos termos do item 7.1.1 submeter-se-á, quando convocado, a exame médico oficial ou credenciado pelo Tribunal de Justiça, que terá decisão terminativa sobre: a) qualificação do candidato como portador de deficiência ou não; e b) grau de deficiência, capacitante, ou não, para o exercício do cargo (especialidade).
- 7.1.3. A inobservância do disposto nos itens 7.1.1 e 7.1.2 determinará a perda do direito ao pleito da vaga reservada a portadores de deficiência.
- 7.1.4. O candidato portador de deficiência participará tanto da classificação geral, como da classificação dos candidatos que concorrem a vagas reservadas a portadores de deficiência.
- 7.1.4.1. É condição para a participação na classificação dos candidatos que concorrem a vagas reservadas a portadores de deficiência, que o candidato atenda às condições para a participação na classificação geral, conforme estabelecido no item 6.1.
- 7.1.5. Os candidatos portadores de deficiência, aprovados e classificados, que excederem às vagas a eles reservadas, serão convocados, para efeito de nomeação, segundo a ordem geral de classificação.

- 7.1.6. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas aos deficientes, estas serão ocupadas pelos demais candidatos aprovados e classificados.
- 7.1.7. O requerimento a que se refere o item 7.1.1 não se constitui no requerimento previsto no item 3.17 (condições especiais de prova), nem com ele guarda qualquer relação.

## **8. DAS EXIGÊNCIAS PARA ANOMEAÇÃO E POSSE**

- 8.1. Na Justiça de 1º Grau, os candidatos classificados serão nomeados obedecendo-se, rigorosamente, a ordem de classificação por cargo-especialidade e respectiva comarca.
- 8.1.1. Esgotada a nominata dos classificados nos termos do item 8.1, em havendo necessidade e vaga a ser preenchida, será chamado o candidato que ainda não tenha sido nomeado, de melhor classificação por cargo-especialidade, para a Justiça de 1º Grau como um todo.
- 8.2. No Tribunal de Justiça, os candidatos classificados serão nomeados obedecendo-se, rigorosamente, à ordem de classificação por cargo-especialidade.
- 8.3. A habilitação e classificação neste Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro Permanente do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. A nomeação é de competência do Presidente do Tribunal de Justiça, dentro do interesse e conveniência da Administração, observada, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos.
- 8.4. A posse dar-se-á no período máximo de 30 (trinta) dias após a publicação do ato de nomeação no *Diário da Justiça do Estado do Maranhão*, sendo tornada sem efeito a nomeação dos candidatos não empossados no prazo previsto na legislação.
- 8.5. Por ocasião da posse, será exigido do candidato habilitado e nomeado o seguinte:
- ser brasileiro ou gozar das prerrogativas previstas no art. 12 da Constituição Federal;
  - prova de ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
  - prova de quitação ou isenção do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;
  - cópia do título de eleitor e prova de estar em dia com as obrigações eleitorais;
  - comprovação da escolaridade exigida para o cargo-especialidade, com a apresentação do respectivo diploma ou certificado, conforme o caso, devidamente reconhecido;
  - prova do registro profissional, quando exigido para o cargo-especialidade;
  - cópia da Carteira Nacional de Habilitação, no período de validade, para os candidatos ao cargo de Motorista;
  - laudo de Fonoaudiólogo, atestando a aptidão para o exercício do cargo, para os candidatos ao cargo de Telefonista;
  - folhas corridas fornecidas pelos Cartórios Criminais das Justiças Estadual, Eleitoral e Federal, das localidades onde residiu nos últimos 10 (dez) anos;
  - declaração de bens;
  - declaração de que residirá no sede da comarca onde exercerá suas funções, para os candidatos aos cargos da Justiça de 1º Grau;
  - declaração de que residirá em São Luís (MA), para os candidatos aos cargos do quadro do Tribunal de Justiça.
- 8.6. O candidato que, no ato da posse não apresentar toda a documentação, será automaticamente eliminado do Concurso.

## **9. DOS PEDIDOS DE REVISÃO E DOS RECURSOS**

- 9.1. É admitido pedido de revisão quanto:
- ao não deferimento de inscrição;
  - à formulação das questões e respectivos quesitos da Prova Objetiva;
  - à opção considerada como certa na Prova Objetiva;
  - à convocação para a Prova Discursiva;
  - à convocação para a Prova de Digitação ou Prática;
  - à classificação no Concurso Público.
- 9.2. Os pedidos de revisão deverão ser encaminhados através de SEDEX da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, à Fundação ESAG – Rua Salvatina Feliciano dos Santos, 525 – Itacorubi – 88034.001 – Florianópolis (SC), com a indicação, no envelope, de CONCURSO PÚBLICO – TJMA – EDITAL 001/2004.
- 9.3. Os pedidos de revisão relativos ao item 9.1.a deverão ser postados até o segundo dia útil após a publicação a que se referem os itens 4.6.a ou 4.6.b deste Edital.
- 9.4. O candidato que desejar interpor pedido de revisão quanto à formulação das questões, aos respectivos quesitos ou quanto à opção considerada como certa na Prova Objetiva (itens 9.1.b e 9.1.c), deverá postá-lo até o terceiro dia útil após a realização da Prova Objetiva.
- 9.4.1. O gabarito oficial de cada Prova Objetiva será tornado disponível nos sites [www.tjma.concursos.fesag.br](http://www.tjma.concursos.fesag.br) e [www.tj.ma.gov.br](http://www.tj.ma.gov.br) após as 14 (quatorze) horas do primeiro dia útil seguinte a sua realização.
- 9.4.2. As provas objetivas serão disponibilizadas no endereço [www.tjma.concursos.fesag.br](http://www.tjma.concursos.fesag.br), após as 14 (quatorze) horas do primeiro dia útil seguinte a sua realização, ali permanecendo até as 15 (quinze) horas do terceiro dia útil após a sua realização.

- 9.4.3. Somente será aceito 1 (um) de pedido de revisão por candidato, e deverá conter:
- folha de rosto, constando o nome, o número de inscrição, o número de seu CPF, o cargo / especialidade e comarca / Tribunal de Justiça a que concorre;
  - folhas separadas para cada questão, com indicação do número da questão, da resposta marcada pelo candidato e da resposta divulgada pela Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência – Fundação ESAG com a justificativa do pedido (argumentação lógica e consistente) e assinatura do candidato.
- 9.4.4. Até 30 minutos após o encerramento das provas objetivas, os candidatos poderão interpor pedido sumário de revisão quanto à formulação das questões e respectivos quesitos, apresentando-o à Coordenação Local de aplicação de prova.
- 9.5. Os pedidos de revisão relativos aos itens 9.1.d, 9.1.e. e 9.1.f deverão ser postados até o segundo dia útil após a publicação da respectiva convocação, ou da divulgação da classificação.
- 9.6. Não será aceito pedido de revisão via *fax* e/ou correio eletrônico (*e-mail*).
- 9.7. Pedidos de revisão inconsistentes, sem indicação das razões que os justifiquem e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital, serão liminarmente indeferidos.
- 9.8. Não serão admitidos pedidos de revisão do julgamento, da correção e da avaliação das provas discursiva, de digitação e prática.
- 9.9. O pedido de revisão postado fora do respectivo prazo será de pronto indeferido, sendo para tanto considerada a data que constar do carimbo da ECT.
- 9.10. É admitido recurso quanto a:
- não deferimento de pedido de revisão previsto no item 9.1.a, à Comissão de Concurso do Tribunal de Justiça;
  - homologação dos resultados finais, ao Presidente do Tribunal de Justiça.
- 9.11. Os recursos relativos aos itens 9.10.a. e 9.10.b. deverão ser interpostos até 2 (dois) dias úteis após a publicação do respectivo aviso ou ato.
- 9.11.1. Os recursos relativos aos itens 9.10.a. e 9.10.b. deverão ser protocolados junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à Avenida Pedro II, Palácio Clóvis Bevilácqua, Centro, São Luís (MA).
- 9.12. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição e de seu CPF, cargo e endereço para correspondência.
- 9.13. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo para tanto consideradas a data e hora do respectivo protocolo.
- 10. DO FORO JUDICIAL**
- 10.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público de que trata este Edital é o da cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, sede do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.
- 11. DA COMISSÃO DE CONCURSO**
- 11.1. A Comissão de Concurso é presidida pelo Presidente do Tribunal de Justiça e integrada pelos seguintes:
- I – Membros titulares:
- Desembargador Milson de Souza Coutinho;
  - Desembargadora Etelvina Luiza Ribeiro Gonçalves;
  - Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto;
  - Desembargador Cleones Carvalho Cunha;
  - Juiz de Direito José Américo Abreu Costa.
- II – Membros suplentes:
1. Desembargadora Maria Madalena Alves Serejo;
  1. Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz;
  1. Desembargador Raimundo Freire Cutrim;
  1. Desembargador Benedito de Jesus Guimarães Belo;
  1. Juiz de Direito Lourival de Jesus Serejo Sousa.
- 11.2. A Comissão de Concurso e sua Secretaria funcionarão na sede do Tribunal de Justiça, à Avenida Pedro II – Palácio Clóvis Bevilácqua, Centro, São Luís (MA).
- 12. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA**
- 12.1. Fica delegada competência à Fundação ESAG para:
- receber as inscrições e respectivos valores das inscrições;
  - deferir e indeferir as inscrições;
  - emitir os documentos de confirmação e de indeferimento de inscrições;
  - elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetiva, discursiva, de digitação e prática;
  - convocar os candidatos para as provas discursiva, de digitação, prática e de títulos;

- f. julgar os pedidos de revisão previstos no item 9.1 deste Edital;
- g. prestar informações sobre o Concurso Público.

### **13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 13.1. O Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data do Ato de Homologação do resultado para cada um dos cargos, para o Tribunal de Justiça ou para a Justiça de 1º Grau, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Tribunal de Justiça.
- 13.2. A homologação do resultado deste Concurso Público poderá ser efetuada por cargo e respectiva comarca / Tribunal de Justiça ou grupos de cargos -comarcas.
- 13.3. Os editais previstos serão publicados no *Diário da Justiça do Estado do Maranhão*.
- 13.4. O resultado final (Ato de Homologação do Concurso) será publicado no *Diário da Justiça do Estado do Maranhão*, apenas para os candidatos que lograrem classificação e aprovação no Concurso Público.
- 13.5. A Fundação ESAG não fornecerá exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Concurso Público.
- 13.6. Será excluído do Concurso o candidato que:
  - a. fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;
  - b. não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da Ficha de Inscrição, o candidato deverá encaminhar documento à sede do Tribunal de Justiça, à Avenida Pedro II, Palácio Clóvis Beviláqua Centro, São Luís (MA), fazendo menção expressa que se relaciona ao Concurso Público objeto deste Edital.
- 13.7. Será excluído do concurso, por ato da Fundação ESAG, o candidato que:
  - a. comportar-se de forma inadequada ou faltar com o devido respeito a qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
  - b. for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
  - c. utilizar-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou de falsa identificação pessoal;
  - d. ausentar-se da sala de provas, em descumprimento a itens deste Edital;
  - e. recusar-se a proceder à autenticação digital do cartão de resposta ou de outros documentos.
- 13.8. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, bem como dos termos do Regulamento do Concurso aprovado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, expedientes de que não poderá alegar desconhecimento.
- 13.9. Os casos não previstos, no que tange à realização deste Concurso Público, serão resolvidos, conjuntamente, pela Fundação ESAG e pela Comissão do Concurso.

São Luís (MA), 10 de setembro de 2004.

**DESEMBARGADOR MILSON DE SOUZA COUTINHO**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

**ANEXO I – CARGOS, VAGAS E LOCAIS DE PROVA – ETAPA I**

**1. CARGOS DE NÍVEL MÉDIO (SEGUNDO GRAU)**

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
2018	Comissário de Menores			
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
9024	Açailândia	3 <sup>a</sup>	Imperatriz	1
9100	Bacabal	3 <sup>a</sup>	Bacabal	2
9127	Balsas	3 <sup>a</sup>	Balsas	1
9264	Caxias	3 <sup>a</sup>	Caxias	2
9281	Chapadinha	3 <sup>a</sup>	Chapadinha	1
9295	Codó	3 <sup>a</sup>	Caxias	1
9322	Coroatá	3 <sup>a</sup>	Bacabal	1
9442	Imperatriz	3 <sup>a</sup>	Imperatriz	6
9456	Itapecuru-Mirim	3 <sup>a</sup>	Chapadinha	1
9620	Pedreiras	3 <sup>a</sup>	Bacabal	1
9651	Pinheiro	3 <sup>a</sup>	Pinheiro	1
9737	Santa Inês	3 <sup>a</sup>	Santa Inês	1
9010	São Luís	4 <sup>a</sup>	São Luís	25
9891	Timon	3 <sup>a</sup>	Caxias	1

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
2021	Técnico Judiciário A	Técnico em Contabilidade		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	5

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
2035	Técnico Judiciário A	Técnico em Edificações		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	3

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
2049	Técnico Judiciário A	Técnico em Enfermagem		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	3

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
2052	Técnico Judiciário A	Técnico em Informática – <i>Hardware</i>		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	8

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
2066	Técnico Judiciário A	Técnico em Informática – <i>Software</i>		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	7

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
2070	Técnico Judiciário A	Técnico em Laboratório		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	2

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
2083	Técnico Judiciário A	Técnico em Telecomunicações		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	2

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
2097	Técnico Judiciário B			
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	150
9024	Açailândia	3 <sup>a</sup>	Imperatriz	11
9038	Alcântara	1 <sup>a</sup>	Pinheiro	3
9041	Alto Parnaíba	2 <sup>a</sup>	Balsas	2

9055	Amarante do Maranhão	1ª	Imperatriz	2
9069	Anajatuba	1ª	Chapadinha	2
9072	Araioses	2ª	Chapadinha	2
9086	Arame	1ª	Bacabal	2
9090	Arari	1ª	Pinheiro	3
9100	Bacabal	3ª	Bacabal	21
9113	Bacuri	1ª	Pinheiro	2
9127	Balsas	3ª	Balsas	7
9130	Barão de Grajaú	1ª	São João dos Patos	3
9144	Barra do Corda	2ª	Presidente Dutra	6
9158	Barreirinhas	1ª	Chapadinha	3
9161	Bequimão	1ª	Bacabal	2
9175	Bom Jardim	1ª	Santa Inês	3
9189	Brejo	2ª	Chapadinha	3
9192	Buriti	1ª	Chapadinha	2
9202	Buriti Bravo	1ª	São João dos Patos	2
9216	Buriticupu	1ª	Santa Inês	3
9220	Cândido Mendes	1ª	Pinheiro	3
9233	Carolina	2ª	Balsas	2
9247	Carutapera	1ª	Pinheiro	3
9250	Catanhede	1ª	Pinheiro	3
9264	Caxias	3ª	Caxias	21
9278	Cedral	1ª	Pinheiro	2
9281	Chapadinha	3ª	Chapadinha	7
9295	Codó	3ª	Caxias	13
9305	Coelho Neto	2ª	Caxias	3
9319	Colinas	2ª	São João dos Patos	3
9322	Coroatá	3ª	Bacabal	7
9336	Cururupu	2ª	Pinheiro	3
9340	Dom Pedro	2ª	Presidente Dutra	3
9353	Esperantinópolis	1ª	Bacabal	3
9367	Estreito	1ª	Imperatriz	3
9370	Governador Eugênio Barros	1ª	Presidente Dutra	2
9384	Governador Nunes Freire	1ª	Pinheiro	3
9398	Grajaú	2ª	Presidente Dutra	6

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
2097	Técnico Judiciário B			
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
9408	Guimarães	1ª	Pinheiro	3
9411	Humberto de Campos	1ª	São Luís	3
9425	Icatu	1ª	São Luís	3
9439	Igarapé Grande	1ª	Bacabal	2
9442	Imperatriz	3ª	Imperatriz	60
9456	Itapecuru-Mirim	3ª	Chapadinha	13
9460	João Lisboa	1ª	Imperatriz	3
9473	Lago da Pedra	2ª	Bacabal	6
9487	Loreto	1ª	Balsas	2
9490	Maracaçumé	1ª	Pinheiro	3
9500	Matinha	1ª	Santa Inês	3
9514	Matões	1ª	Caxias	3
9528	Mirador	1ª	São João dos Patos	3
9531	Monção	1ª	Santa Inês	2
9545	Montes Altos	1ª	Imperatriz	3
9559	Olho d' Água das Cunhãs	1ª	Bacabal	2
9562	Paço do Lumiar	1ª	São Luís	6
9576	Paraibano	1ª	São João dos Patos	3
9580	Parnarama	1ª	Caxias	2
9593	Passagem Franca	1ª	São João dos Patos	3
9603	Pastos Bons	2ª	São João dos Patos	3

9617	Paulo Ramos	1ª	Bacabal	3
9620	Pedreiras	3ª	Bacabal	13
9634	Penalva	1ª	Santa Inês	2
9648	Pindaré-Mirim	1ª	Santa Inês	3
9651	Pinheiro	3ª	Pinheiro	7
9665	Pio XII	1ª	Santa Inês	2
9679	Poção de Pedras	1ª	Bacabal	2
9682	Porto Franco	1ª	Imperatriz	3
9696	Presidente Dutra	2ª	Presidente Dutra	6
9706	Riachão	1ª	Balsas	3
9710	Rosário	2ª	São Luís	3
9723	Santa Helena	1ª	Pinheiro	3
9737	Santa Inês	3ª	Santa Inês	16
9740	Santa Luzia	2ª	Santa Inês	6
9754	Santa Luzia do Paruá	1ª	Santa Inês	3
9768	Santa Quitéria do Maranhão	1ª	Chapadinha	2
9771	Santo Antônio dos Lopes	1ª	Presidente Dutra	3
9785	São Bento	2ª	Pinheiro	3
9799	São Bernardo	1ª	Chapadinha	3
9809	São Domingos do Maranhão	1ª	Presidente Dutra	3
9812	São João Batista	1ª	Pinheiro	2
9826	São João dos Patos	2ª	São João dos Patos	2
9830	São José de Ribamar	2ª	São Luís	6
9010	São Luís	4ª	São Luís	200
9843	São Luís Gonzaga do Maranhão	1ª	Bacabal	3
9857	São Mateus do Maranhão	1ª	Bacabal	3
9860	São Raimundo das Mangabeiras	1ª	Balsas	3

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
2097	Técnico Judiciário B			
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
9874	São Vicente Férrer	1ª	Pinheiro	2
9888	Timbiras	1ª	Caxias	2
9891	Timon	3ª	Caxias	19
9901	Tuntum	1ª	Presidente Dutra	3
9915	Turiçu	1ª	Pinheiro	2
9929	Tutóia	1ª	Chapadinha	3
9932	Urbano Santos	1ª	Chapadinha	3
9946	Vargem Grande	2ª	Chapadinha	3
9950	Viana	2ª	Pinheiro	3
9963	Vitória do Mearim	1ª	Santa Inês	3
9977	Vitorino Freire	2ª	Bacabal	6
9980	Zé Doca	1ª	Santa Inês	3

## ANEXO II – CARGOS, VAGAS E LOCAIS DE PROVA – ETAPA II

### 1. CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1016	Analista Judiciário A			
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	50
9024	Açailândia	3ª	Imperatriz	1
9100	Bacabal	3ª	Bacabal	2
9127	Balsas	3ª	Balsas	1
9264	Caxias	3ª	Caxias	2
9281	Chapadinha	3ª	Chapadinha	1
9295	Codó	3ª	Caxias	1
9322	Coroatá	3ª	Bacabal	1

9442	Imperatriz	3ª	Imperatriz	6
9456	Itapecuru-Mirim	3ª	Chapadinha	1
9620	Pedreiras	3ª	Bacabal	1
9651	Pinheiro	3ª	Pinheiro	1
9737	Santa Inês	3ª	Santa Inês	1
9010	São Luís	4ª	São Luís	60
9891	Timon	3ª	Caxias	1

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1020	Analista Judiciário B	Adminis trador		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	23
9442	Imperatriz	3ª	Imperatriz	1
9010	São Luís	4ª	São Luís	3

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1033	Analista Judiciário B	Analista de Sistemas – Desenvolvimento		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	5

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1047	Analista Judiciário B	Analista de Sistemas – Suporte e Redes		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça			4
9100	Bacabal	3ª	Bacabal	1
9264	Caxias	3ª	Caxias	1
9442	Imperatriz	3ª	Imperatriz	2
9010	São Luís	4ª	São Luís	7

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1050	Analista Judiciário B	Arquiteto		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	1

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1064	Analista Judiciário B	Comunicação Social		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	4

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1078	Analista Judiciário B	Contador		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça			2
9100	Bacabal	3ª	Bacabal	1
9264	Caxias	3ª	Caxias	1
9442	Imperatriz	3ª	Imperatriz	2
9010	São Luís	4ª	São Luís	2

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1081	Analista Judiciário B	Economista		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	4

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1095	Analista Judiciário B	Engenheiro Civil		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	2

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1105	Analista Judiciário B	Engenheiro Eletricista		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	1

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1119	Analista Judiciário B	Médico Cardiologista		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	3

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1122	Analista Judiciário B	Médico Clínico Geral		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	3
9442	Imperatriz	3 <sup>a</sup>	Imperatriz	1
9010	São Luís	4 <sup>a</sup>	São Luís	3

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1136	Analista Judiciário B	Médico Pediatra		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	1

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1140	Analista Judiciário B	Odontólogo		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	4
9010	São Luís	4 <sup>a</sup>	São Luís	2

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1153	Analista Judiciário B	Psicólogo		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	2
9442	Imperatriz	3 <sup>a</sup>	Imperatriz	1
9010	São Luís	4 <sup>a</sup>	São Luís	3

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1167	Analista Judiciário C	Assistente Social		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	5
9442	Imperatriz	3 <sup>a</sup>	Imperatriz	2
9010	São Luís	4 <sup>a</sup>	São Luís	4

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1170	Analista Judiciário C	Bibliotecário		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	6
9442	Imperatriz	3 <sup>a</sup>	Imperatriz	2
9010	São Luís	4 <sup>a</sup>	São Luís	3

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1184	Analista Judiciário C	Biologia Molecular		
<b>Código</b>	<b>Comarca</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
9010	São Luís	4 <sup>a</sup>	São Luís	3

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1211	Analista Judiciário C	Enfermeiro		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	2
9442	Imperatriz	3 <sup>a</sup>	Imperatriz	1
9010	São Luís	4 <sup>a</sup>	São Luís	3

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1225	Analista Judiciário C	Estatístico		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	2

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1256	Analista Judiciário C	Licenciado em Letras – Língua Portuguesa		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	3

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
1287	Analista Judiciário C	Pedagogo		
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	2
9010	São Luís	4ª	São Luís	2

## 2. CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL (PRIMEIRO GRAU)

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
3010	Auxiliar Judiciário			
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	150
9024	Açailândia	3ª	Imperatriz	10
9038	Alcântara	1ª	Pinheiro	3
9041	Alto Parnaíba	2ª	Balsas	3
9055	Amarante do Maranhão	1ª	Imperatriz	2
9069	Anajatuba	1ª	Chapadinha	2
9072	Araioses	2ª	Chapadinha	3
9086	Arame	1ª	Bacabal	2
9090	Arari	1ª	Pinheiro	3
9100	Bacabal	3ª	Bacabal	15
9113	Bacuri	1ª	Pinheiro	2
9127	Balsas	3ª	Balsas	6
9130	Barão de Grajaú	1ª	São João dos Patos	3
9144	Barra do Corda	2ª	Presidente Dutra	5
9158	Barreirinhas	1ª	Chapadinha	3
9161	Bequimão	1ª	Bacabal	2
9175	Bom Jardim	1ª	Santa Inês	3
9189	Brejo	2ª	Chapadinha	3
9192	Buriti	1ª	Chapadinha	2
9202	Buriti Bravo	1ª	São João dos Patos	2
9216	Buriticupu	1ª	Santa Inês	3
9220	Cândido Mendes	1ª	Pinheiro	3
9233	Carolina	2ª	Balsas	3
9247	Carutapera	1ª	Pinheiro	3
9250	Catanhede	1ª	Pinheiro	3
9264	Caxias	3ª	Caxias	15
9278	Cedral	1ª	Pinheiro	2
9281	Chapadinha	3ª	Chapadinha	6
9295	Codó	3ª	Caxias	9
9305	Coelho Neto	2ª	Caxias	3
9319	Colinas	2ª	São João dos Patos	3
9322	Coroatá	3ª	Bacabal	6
9336	Cururupu	2ª	Pinheiro	3
9340	Dom Pedro	2ª	Presidente Dutra	3
9353	Esperantinópolis	1ª	Bacabal	3
9367	Estreito	1ª	Imperatriz	3
9370	Governador Eugênio Barros	1ª	Presidente Dutra	2
9384	Governador Nunes Freire	1ª	Pinheiro	3
9398	Grajaú	2ª	Presidente Dutra	5
9408	Guimarães	1ª	Pinheiro	3
9411	Humberto de Campos	1ª	São Luís	3

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
3010	Auxiliar Judiciário			
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
9425	Icatu	1ª	São Luís	3
9439	Igarapé Grande	1ª	Bacabal	2
9442	Imperatriz	3ª	Imperatriz	47

9456	Itapecuru-Mirim	3ª	Chapadinha	9
9460	João Lisboa	1ª	Imperatriz	3
9473	Lago da Pedra	2ª	Bacabal	6
9487	Loreto	1ª	Balsas	2
9490	Maracaçumé	1ª	Pinheiro	3
9500	Matinha	1ª	Santa Inês	3
9514	Matões	1ª	Caxias	3
9528	Mirador	1ª	São João dos Patos	3
9531	Monção	1ª	Santa Inês	2
9545	Montes Altos	1ª	Imperatriz	3
9559	Olho d' Água das Cunhãs	1ª	Bacabal	2
9562	Paço do Lumiar	1ª	São Luís	6
9576	Paraibano	1ª	São João dos Patos	3
9580	Parnarama	1ª	Caxias	2
9593	Passagem Franca	1ª	São João dos Patos	3
9603	Pastos Bons	2ª	São João dos Patos	3
9617	Paulo Ramos	1ª	Bacabal	3
9620	Pedreiras	3ª	Bacabal	9
9634	Penalva	1ª	Santa Inês	2
9648	Pindaré-Mirim	1ª	Santa Inês	3
9651	Pinheiro	3ª	Pinheiro	6
9665	Pio XII	1ª	Santa Inês	2
9679	Poção de Pedras	1ª	Bacabal	2
9682	Porto Franco	1ª	Imperatriz	3
9696	Presidente Dutra	2ª	Presidente Dutra	6
9706	Riachão	1ª	Balsas	3
9710	Rosário	2ª	São Luís	3
9723	Santa Helena	1ª	Pinheiro	3
9737	Santa Inês	3ª	Santa Inês	12
9740	Santa Luzia	2ª	Santa Inês	5
9754	Santa Luzia do Paruá	1ª	Santa Inês	3
9768	Santa Quitéria do Maranhão	1ª	Chapadinha	2
9771	Santo Antônio dos Lopes	1ª	Presidente Dutra	3
9785	São Bento	2ª	Pinheiro	3
9799	São Bernardo	1ª	Chapadinha	3
9809	São Domingos do Maranhão	1ª	Presidente Dutra	3
9812	São João Batista	1ª	Pinheiro	2
9826	São João dos Patos	2ª	São João dos Patos	3
9830	São José de Ribamar	2ª	São Luís	6
9010	São Luís	4ª	São Luís	150
9843	São Luís Gonzaga do	1ª	Bacabal	3
9857	São Mateus do Maranhão	1ª	Bacabal	3
9860	São Raimundo das	1ª	Balsas	3
9874	São Vicente Férrer	1ª	Pinheiro	2
9888	Timbiras	1ª	Caxias	2

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
3010	Auxiliar Judiciário			
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
9891	Timon	3ª	Caxias	15
9901	Tuntum	1ª	Presidente Dutra	3
9915	Turiaçu	1ª	Pinheiro	2
9929	Tutóia	1ª	Chapadinha	3
9932	Urbano Santos	1ª	Chapadinha	3
9946	Vargem Grande	2ª	Chapadinha	3
9950	Viana	2ª	Pinheiro	3
9963	Vitória do Mearim	1ª	Santa Inês	3
9977	Vitorino Freire	2ª	Bacabal	5
9980	Zé Doca	1ª	Santa Inês	3

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
3023	Motorista			
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	30

<b>Código</b>	<b>Cargo</b>	<b>Especialidade</b>		
3037	Telefonista			
<b>Código</b>	<b>Comarca – Tribunal</b>	<b>Entrância</b>	<b>Cidade da Prova Objetiva</b>	<b>Vagas</b>
8005	Tribunal de Justiça		São Luís	20
9100	Bacabal	3 <sup>a</sup>	Bacabal	1
9264	Caxias	3 <sup>a</sup>	Caxias	1
9295	Codó	3 <sup>a</sup>	Caxias	1
9442	Imperatriz	3 <sup>a</sup>	Imperatriz	3
9456	Itapecuru-Mirim	3 <sup>a</sup>	Chapadinha	1
9620	Pedreiras	3 <sup>a</sup>	Bacabal	1
9737	Santa Inês	3 <sup>a</sup>	Santa Inês	1
9010	São Luís	4 <sup>a</sup>	São Luís	5
9891	Timon	3 <sup>a</sup>	Caxias	1

### **Anexo III – Provas e Programas**

#### **CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**

##### **ANALISTA JUDICIÁRIO A**

#### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

##### **Língua Portuguesa – 12 (doze) questões**

Será aplicado o programa de Língua Portuguesa indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos cargos -especialidades de Nível Superior.

##### **Noções de Informática – 5 (cinco) questões**

Será aplicado o programa de Noções de Informática indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos cargos -especialidades de Nível Superior.

##### **Matemática e Raciocínio Lógico – 3 (três) questões**

Será aplicado o programa de Matemática e Raciocínio Lógico indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos cargos -especialidades de Nível Superior.

#### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 80 (oitenta) questões**

##### **Direito Constitucional – 8 (oito) questões**

Da Constituição: conceito; objeto; classificação; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais; interpretação das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade. Dos princípios fundamentais. Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; da nacionalidade; dos direitos políticos; dos partidos políticos. Da organização do Estado: da organização político-administrativa; da União; dos estados federados; dos municípios; do Distrito Federal e dos territórios; da intervenção. Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos. Da organização dos poderes: Poderes Legislativo e Executivo. Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Superior Tribunal de Justiça; dos Tribunais e Juízes dos Estados. Das funções essenciais à justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública. Da tributação e do orçamento. O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

##### **Direito Civil – 8 (oito) questões**

Lei: vigência; aplicação da lei no tempo e no espaço; integração e interpretação. Lei de Introdução ao Código Civil. Pessoas naturais e jurídicas: personalidade; capacidade; direitos de personalidade. Domicílio. Bens: conceito e espécies. Fatos e atos jurídicos: negócios jurídicos; requisitos; defeitos dos negócios jurídicos; modalidades dos negócios jurídicos; forma e prova dos atos jurídicos; nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos; atos ilícitos; abuso de direito; prescrição e decadência; caso fortuito e força maior. Direitos reais. Espécies. Do Direito de Família: do direito pessoal; do casamento; das relações de parentesco; do direito patrimonial; do regime de bens entre os cônjuges; do usufruto e da administração dos bens de filhos menores; dos alimentos; do bem de família; da união estável (Lei nº 9.278/96); da tutela e da curatela. Do direito das sucessões: da sucessão em geral; da sucessão legítima; da sucessão testamentária; do inventário e da partilha. Direito das obrigações: das modalidades; transmissão; adimplemento e extinção; inadimplemento. Contratos: formação; teoria da imprevisão; evicção; vícios redibitórios; extinção. Espécies de contratos. Responsabilidade civil, inclusive por danos causados ao ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico. Registros públicos. Direito de Empresa. Direito Arbitral (Lei nº 9.307/96). **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

##### **Direito Processual Civil – 14 (quatorze) questões**

Da jurisdição: conceito; modalidades; poderes; princípios e órgãos. Da ação: conceito; natureza jurídica; condições; classificação. Competência: conceito, competência territorial, objetiva e funcional; modificação e conflito; conexão e continência. Processo e procedimento: natureza e princípios; formação; suspensão e extinção; pressupostos processuais; tipos de procedimentos. Prazos: conceito; classificação; princípios; contagem; preclusão; prescrição. Sujeitos do processo: das partes e dos procuradores; do juiz; do Ministério Público e dos auxiliares da Justiça. Litisconsórcio e assistência; intervenção de terceiros. Dos atos processuais. Petição inicial: conceito, requisitos. Pedidos: espécies; modificação; cumulação; causa de

pedir. Despacho liminar: objeto; natureza; de conteúdo positivo; de conteúdo negativo. Da citação. Da resposta do réu: contestação; exceções; reconvenção; revelia. Direitos indisponíveis. Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. Antecipação de tutela. Prova: conceito; modalidades; princípios gerais; objeto; ônus; procedimentos. Da audiência. Da sentença: requisitos; publicação. Da coisa julgada: conceito; limites objetivos e subjetivos; coisa julgada formal e coisa julgada material. Recursos: conceito; fundamentos; princípios; classificação; pressupostos de admissibilidade; efeitos; juízo de mérito; apelação; agravo de instrumento; embargos infringentes, de divergência e de declaração; recurso especial; recurso extraordinário. Ação rescisória. Nulidades. Processo de execução: pressupostos e princípios informativos; espécies de execução. Embargos do devedor: natureza jurídica; cabimento; procedimento. Embargos de terceiro: natureza jurídica; legitimidade; procedimento. Execução fiscal: da execução contra a Fazenda Pública. Processo e ação cautelares: procedimento cautelar comum e procedimentos cautelares específicos. Juizados especiais cíveis (Lei n.º 9.099/95 e Lei n.º 10.259/01); procedimentos. Ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo. Mandado de segurança. Ação monitoria. Prisão Civil. Direito Arbitral (Lei n.º 9.307/96). **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

#### Direito Penal – 8 (oito) questões

Da aplicação da lei penal: princípios da legalidade e da anterioridade; a lei penal no tempo e no espaço; o fato típico e seus elementos; relação de causalidade; culpabilidade; superveniência de causa independente. Crime: crime consumado, tentado e impossível; desistência voluntária e arrependimento eficaz; arrependimento posterior; crime doloso e culposo. Erro de tipo: erro de proibição; erro sobre a pessoa; coação irresistível e obediência hierárquica; causas excludentes da ilicitude. Da imputabilidade penal: do concurso de pessoas; do concurso de crimes. Das penas: espécies; cominação; aplicação; da suspensão condicional da pena; do livramento condicional; efeitos da condenação e da reabilitação; das medidas de segurança; das medidas sócio-educativas (Lei n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente). Da ação penal pública e privada: da extinção da punibilidade; da execução das penas em espécie: das penas privativas de liberdade, das penas alternativas (Lei n.º 9.714/98), dos regimes, autorizações de saída, remição e incidentes da execução. Dos crimes contra a vida: das lesões corporais; dos crimes contra a honra; dos crimes contra a liberdade individual. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a liberdade sexual: da sedução e da corrupção de menores. Crime organizado (Lei n.º 9.034/95). Dos crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes de imprensa. Crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65). Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei n.º 6.368/76). Crimes hediondos (Lei n.º 8.072/90 e Lei n.º 8.930/94). Crimes de tortura (Lei n.º 9.455/97). Do ato infracional. Dos crimes praticados contra a criança e o adolescente (Lei n.º 8.069/90). Crimes contra as finanças públicas (Lei n.º 10.028, de 19/10/2000, que alterou o Código Penal). Crimes contra a ordem tributária (Lei n.º 8.137/90 e Lei n.º 9.249/95). Crimes contra o sistema financeiro (Lei n.º 7.492/86 e Lei n.º 9.080/95). Lavagem de dinheiro (Lei n.º 9.613/98). Crimes contra o meio ambiente (Lei n.º 9.605/98). **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

#### Direito Processual Penal – 14 (quatorze) questões

Princípios gerais: aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas; sujeitos da relação processual; inquérito policial. Ação penal: conceito; condições; pressupostos processuais; ação penal pública: titularidade, condições de procedibilidade; denúncia: forma e conteúdo, recebimento e rejeição; ação penal privada: titularidade, queixa, renúncia, perdão, perempção; ação civil. Jurisdição: competência: critérios de determinação e modificação; incompetência: efeitos; das questões e processos incidentes. Da prova: conceito; princípios básicos; objeto; meios, ônus; limitações constitucionais das provas; sistemas de apreciação. Do Juiz, do Ministério Público, do acusado, do defensor, dos assistentes e dos auxiliares da justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Das citações e das intimações: forma, lugar e tempo. Atos das partes, dos Juizes, dos auxiliares da justiça e de terceiros. Dos prazos: características, princípios, contagem e prazo em dobro. Da sentença: conceito; requisitos; classificação; publicação; intimação; sentença absolutória: providências e efeitos; sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos; da coisa julgada. Dos Juizados Especiais Criminais (Lei n.º 9.099/95 e Lei n.º 10.259/01); do Tribunal do Júri. Das nulidades. Dos recursos em geral: princípios básicos e modalidades; espécies; Lei n.º 8.038/90. Da revisão criminal. Das exceções. Do *habeas-corpus*. Do desforamento. Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Do processo e do julgamento dos crimes contra a honra. Do processo e do julgamento dos crimes de tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. Interceptação telefônica (Lei n.º 9.296/96). **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

#### Direito Administrativo – 14 (quatorze) questões

Administração Pública. Estrutura administrativa: conceito, elementos e poderes do Estado; organização do Estado e da Administração; entidades políticas e administrativas; órgãos e agentes públicos. Atividade administrativa: conceito; natureza e fins; princípios básicos; poderes e deveres do administrador público; o uso e o abuso de poder. Organização Administrativa da União, dos estados e dos municípios: administração direta e indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Agências Reguladoras. Poderes Administrativos: Poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia. Atos Administrativos: conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação. Processo Administrativo. Lei n.º 9.784/99. Prescrição, decadência e preclusão. Licitação: princípios, obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade; procedimentos; anulação e revogação; modalidades; tipos. Contratos Administrativos: conceito; características; formalização. Execução do contrato: direitos e obrigações das partes, acompanhamento, recebimento do objeto, extinção, prorrogação e renovação do contrato. Inexecução do contrato: causas justificadoras, consequências da inexecução, revisão, rescisão e suspensão do contrato. Serviços Públicos: conceito; classificação, regulamentação e controle; requisitos; competência para prestação; formas e meios de prestação do serviço; concessão; permissão; autorização. Intervenção do Estado na propriedade: noções gerais; servidão administrativa; requisição; ocupação; limitação administrativa. Desapropriação: conceito; características; fundamentos; requisitos constitucionais; objeto; beneficiários; indenização e seu pagamento; desapropriação indireta e por zona. Bens Públicos: conceito; utilização; afetação e desafetação; regime jurídico; formas de aquisição e alienação. Controle da Administração Pública: controle administrativo; controle legislativo; controle pelo Tribunal de Contas; controle judiciário. Responsabilidade civil do Estado: responsabilidade

objetiva; reparação do dano. Improbidade administrativa. Lei n.º 8.429/92. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

Organização Judiciária Estadual – 14 (quatorze) questões

Da Justiça Estadual. Da Divisão Judiciária do Maranhão. Comarcas, termos e zonas. Entrância e instância. Dos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão. Do Tribunal de Justiça. Da Corregedoria Geral da Justiça. Dos Juizes de Direito: ingresso na carreira, juizes substitutos, juizes auxiliares, juizes titulares. Do Tribunal de Júri e da Justiça Militar Estadual. Dos Juizados Especiais e da Justiça de Paz. Dos magistrados: posse, exercício, antiguidade, direitos e garantias, vencimentos e vantagens, licenças e férias, deveres e sanções. Dos serviços judiciais e dos servidores do Poder Judiciário: serviços auxiliares da Justiça e dos servidores do Poder Judiciário. Da Secretaria do Tribunal de Justiça, da Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, das Secretarias Judiciais e das Secretarias de Diretoria de Fórum: nomeação, atribuições, substituições. Dos oficiais de justiça. Dos serventuários e dos funcionários: nomeação, posse, compromisso, exercício, direitos e garantias, férias, licenças, disponibilidade e aposentadoria, deveres e sanções. Do processo administrativo disciplinar. Dos serviços extrajudiciais: notários e registradores, auxiliares, concurso de remoção e de ingresso. Da fiscalização pelo Poder Judiciário. Custas e emolumentos. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

Direito Civil, Processual Civil e Organização Judiciária Estadual – 1 (uma) questão teórica e 1 (uma) questão prática.

Direito Penal, Processual Penal e Organização Judiciária Estadual – 1 (uma) questão teórica e 1 (uma) questão prática.

Direito Administrativo – 1 (uma) questão teórica.

Os programas são os mesmos apresentados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

### **ANALISTA JUDICIÁRIO B – ADMINISTRADOR**

#### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos cargos -especialidades de Nível Superior.

#### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Administração Geral: escolas do pensamento administrativo. Funções administrativas. Organização: missão, propósitos, objetivos, estratégias. Mudança organizacional. Clima organizacional; Competências e habilidades do administrador. Organização, Sistemas e Métodos: Estudo das organizações: organizações formais, tipos de organização, organização burocrática. Estrutura organizacional: tamanho, tecnologia, ambiente, estratégia, complexidade, formalização, centralização, descentralização, departamentalização, organograma. O&M e a organização: analista de O&M, técnicas de levantamento de dados. Análise e distribuição do trabalho. Análise do processamento. Aproveitamento racional do espaço físico. Formulários e manuais. Administração de Recursos Humanos: Recrutamento e seleção de pessoal. Descrição, análise e avaliação e classificação de cargos. Avaliação de desempenho. Planos de benefícios. Higiene e Segurança do Trabalho. Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal. Controle e auditoria de Recursos Humanos. Lei Estadual nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003. Administração de Materiais e Logística: Administração de Materiais, Logística e Cadeia de Suprimentos. Funções e objetivos de Administração de Material. Indicadores de gestão. Classificação e especificação de materiais. Análise de Valor. Qualidade, normas técnicas, normas da série ISO 9000, qualidade total. Gestão de estoque: modelos de gestão, variáveis, técnicas. Classificação ABC. Compras: informações básicas, registros, cadastro de fornecedores, seleção de fornecedores, acompanhamento de pedidos. Licitações, Contratos e Sanções penais. Lei 8.666/93 e suas alterações. A modalidade de Pregão: conceitos, legislação, regulamentação. Recepção de materiais. Estocagem de materiais. Expedição. Distribuição. Inventários. Administração Financeira e Orçamentária: Finanças públicas. Papel do Estado na Economia. O Estado Brasileiro e o Desenvolvimento econômico. Teoria do Gasto Público. Receita Pública e Tributação. Sistema Tributário Nacional e federalismo fiscal. Orçamento público no Brasil. Políticas de estabilização. Princípios orçamentários: anualidade, unidade, universalidade, exclusividade, programação e não afetação da receita. Orçamento-programa e orçamento base zero. Proposta orçamentária: elaboração, discussão, votação e aprovação. Regimes orçamentários: competência de exercício e de caixa. Orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias. Lei de Responsabilidade Fiscal. Receita orçamentária: classificação econômica, estágios (lançamento, arrecadação e recolhimento), competência tributária e repartição das receitas tributárias. Despesa orçamentária: classificação institucional, econômica e funcional programática, estágios (empenho, liquidação e pagamento). Adiantamento ou suprimento de fundos. Créditos adicionais: espécies e recursos para sua cobertura. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

### **ANALISTA JUDICIÁRIO B – ANALISTA DE SISTEMAS – DESENVOLVIMENTO**

#### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

##### **Língua Portuguesa – 7 (sete) questões**

Será aplicado o programa de Língua Portuguesa indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos cargos -especialidades de Nível Superior.

##### **Matemática e Raciocínio Lógico – 6 (seis) questões**

Será aplicado o programa de Matemática e Raciocínio Lógico indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos cargos -especialidades de Nível Superior.

## **Organização Judiciária Estadual – 7 (sete) questões**

Será aplicado o programa de Organização Judiciária Estadual indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos cargos -especialidades de Nível Superior.

### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Sistemas operacionais – clientes e servidores (Windows/Linux). Aplicativos – editor de textos, planilha de cálculos, banco de dados, gerenciador de projetos (Office/StarOffice). Internet – servidores / serviços – instalação, configuração e manutenção; Servidor *web*; Servidor *e-mail*; Servidor de arquivos; Roteador; Segurança e criptografia; Servidor de serviços comuns a redes TCP/IP (Internet & Intranet). Engenharia de *software*: análise, projeto e programação estruturada / orientada a objetos. Engenharia da informação – modelagem de dados, mapeamento de modelo conceitual de dados para sistema gerenciador de banco de dados. UML e XML. Banco de Dados – hierárquico, relacional, orientado a objeto, distribuído, arquitetura cliente / servidor (com gerenciamento centralizado). Conceito e projeto de banco de dados relacionais. Dicionário de dados. O banco de dados Interbase e MySQL. Linguagens de programação – aspectos gerais, HTML, SQL, PHP. Ferramentas de desenvolvimento voltadas para objetos. Inglês técnico: interpretação de textos e/ou manuais técnicos ligados à área de atuação (perguntas na língua portuguesa).

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

## **ANALISTA JUDICIÁRIO B – ANALISTA DE SISTEMAS – SUPORTE E REDES**

### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

#### **Língua Portuguesa – 7 (sete) questões**

Será aplicado o programa de Língua Portuguesa indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos cargos -especialidades de Nível Superior.

#### **Matemática e Raciocínio Lógico – 6 (seis) questões**

Será aplicado o programa de Matemática e Raciocínio Lógico indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

## **Organização Judiciária Estadual – 7 (sete) questões**

Será aplicado o programa de Organização Judiciária Estadual indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

*Hardware* de microcomputadores IBM-PC compatíveis – partes, placas, interfaces, periféricos e configurações. Sistemas operacionais – clientes e servidores (Windows/Linux). Aplicativos – editor de textos, planilha de cálculos, banco de dados, gerenciador de projetos (Office/StarOffice). Comunicação de dados – redes LAN e WAN, componentes de sistema de comunicação de dados, protocolos, meios de transmissão, cabeamento, topologia, funcionamento e configuração de rede TCP/IP (clientes e servidores). Internet – cliente – utilização e configuração – navegadores, *e-mail*, ftp, rede no microcliente. Internet – servidores / serviços – instalação, configuração e manutenção; Servidor *web*; Servidor *e-mail*; Servidor de arquivos; Roteador; Segurança e criptografia; Servidor de serviços comuns a redes TCP/IP (Internet & Intranet). Engenharia de *software*: análise, projeto e programação estruturada / orientada a objetos. Banco de Dados – conceito e projeto de banco de dados relacionais. Dicionário de dados. O banco de dados Interbase e MySQL. Linguagens de programação – aspectos gerais, HTML, SQL, PHP. Ferramentas de desenvolvimento voltadas para objetos. Inglês técnico: interpretação de textos e/ou manuais técnicos ligados à área de atuação (perguntas na língua portuguesa).

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

## **ANALISTA JUDICIÁRIO B – ARQUITETO**

### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Legislações específicas de zoneamento e utilização do solo. Estatuto das Cidades. Noções de Autocad. Elaboração e execução de projetos arquitetônicos. Processo de projeto: características básicas e tipos de projetos. Projetos de edificações e complementares: projetos de instalações hidro-sanitárias, elétricas e telefônicas, de gás, de proteção contra incêndio, de coleta de lixo, de conforto ambiental e de luminotécnica. Projetos de paisagismo; projetos de reforma. Fases de projetos: estudo preliminar, anteprojeto; projeto de aprovação; projeto de execução, Documentação técnica e ART. Coordenação e compatibilizarão de projetos; Garantia e controle da quantidade do projeto e da obra. Especificação e contratação de projetos, obras e serviços de construção e demolição. Contratação de serviços: Licitações – Lei 8.666/93 e suas alterações, contrato, responsabilidade e garantias, licenças, aprovações e franquias. Plano-mestre e cronograma-mestre, cronograma físicos e financeiros; fluxo de caixa; programação de pessoal, materiais equipamentos; sistemática de apropriação de quantitativos físicos e de custos; controle físico e de custos; análise de resultados; garantia e controle da qualidade dos serviços. Quantificação e orçamentação de insumos de projetos, obras e serviços. Fiscalização da construção: recebimento dos serviços; desmobilização de pessoal, remoção e destinação das instalações transitórias; medidas de garantia da integridade da

obra; vistorias, perícias, avaliações, arbitramento, laudos e pareceres técnicos. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **ANALISTA JUDICIÁRIO B – COMUNICAÇÃO SOCIAL**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Teoria da Comunicação. Teoria e métodos de pesquisa em comunicação. Fotojornalismo. Planejamento gráfico. Produção gráfica (computação gráfica). Radiojornalismo. Telejornalismo. Técnica de reportagem, entrevista e pesquisa. Preparação e revisão de originais, provas e videotexto. Edição. Novas tecnologias de comunicação. As características dos veículos: a sonoridade e a receptividade do ouvinte. A produção noticiosa: a pauta, a apuração da informação. Construção do ambiente noticioso. Relações públicas: conceitos e atividades. Publicidade e *marketing*. Ética em comunicação social. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **ANALISTA JUDICIÁRIO B – CONTADOR**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Contabilidade geral: Princípios contábeis, regime de competência, plano de contas, conciliação contábil, registros contábeis. Controle contábil e registros do Ativo Imobilizado, Diferido e Patrimônio Líquido. Demonstrações contábeis: Estruturação e Movimentação das Contas Contábeis, Demonstração do Resultado do Exercício, Balanço Patrimonial, Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos. Análise e interpretação de demonstrações contábeis. Contabilidade pública: conceito, divisão e legislação. Exercício financeiro: definição, duração, ano financeiro e período adicional. Regimes contábeis: de caixa, de competência, misto, resíduos ativos e passivos. Operações orçamentárias: receitas e despesas efetivas e por mutação patrimonial. Operações extra-orçamentárias: receitas e despesas extra-orçamentárias. Variações patrimoniais e o Mercado Internacional. Finanças públicas. Papel do Estado na Economia. O Estado Brasileiro e o Desenvolvimento Econômico. Teoria do Gasto Público. Receita Pública e Tributação. Sistema Tributário Nacional e federalismo fiscal. Orçamento público no Brasil. Políticas de estabilização. Lei Federal 4.320/64. Orçamento Público. Princípios orçamentários: anualidade, unidade, universalidade, exclusividade, programação e não afetação da receita. Orçamento-programa e orçamento base-zero. Proposta orçamentária: elaboração, discussão, votação e aprovação. Regimes orçamentários: competência de exercício e de caixa. Orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias. Lei de Responsabilidade Fiscal. Receita orçamentária: classificação econômica, estágios (lançamento, arrecadação e recolhimento), competência tributária e repartição das receitas tributárias. Despesa orçamentária: classificação institucional, econômica e funcional-programática, estágios (empenho, liquidação e pagamento). Adiantamento ou suprimento de fundos. Créditos adicionais: espécies e recursos para sua cobertura. Licitações, Contratos e Sanções penais. Lei 8.666/93 e suas alterações. A modalidade de Pregão: conceitos, legislação, regulamentação. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **ANALISTA JUDICIÁRIO B – ECONOMISTA**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Microeconomia – Microeconomia na Teoria Econômica. Características da Teoria Econômica. Aplicabilidade da microeconomia. Teoria do Consumidor. Determinação teórica da oferta e da demanda. Elasticidades. Teoria da Produção. Teoria de Custos. Estrutura de Mercado. O processo de concentração industrial e as formas de mercado, segundo Labiní. Macroeconomia – Contabilidade Nacional. Sistemas de contas nacionais. As contas nacionais no Brasil. Demanda agregada. Teoria do Consumo. Teoria de Investimento. Equilíbrio no mercado de bens. Teoria do multiplicador. O mercado de bens e a curva IS. Política fiscal. Mercado de ativos, seu equilíbrio e a curva LM. Política Monetária. A armadilha da liquidez. Política Fiscal e o efeito Deslocamento. Política Fiscal e estoque monetário real. Componentes do estoque monetário. Funções da moeda. Demanda por moeda. Teoria quantitativa da moeda. Balanço de Pagamentos. Moedas cambiais. Sistema Monetário Internacional. Eseccki e a dinâmica das economias capitalistas. Economia Regional: As teorias da localização e organização espacial da economia. Métodos de análise regional. Medidas de localização e especialização. Análise de impacto econômico e ecológico na estrutura produtiva regional. Estatística e econometria: Probabilidade. Distribuição de frequência. Medidas de tendência central. Esperança matemática. Distribuições. Amostragem e estimadores. Teste de hipótese. Análise de variância. Medidas de concentração. Números índices.

Regressão simples e múltipla. Análise de investimentos: métodos de análise de investimentos. Taxa interna de retorno. Tempo de retorno de capital. Valor presente líquido. Influência da inflação. Decisões de financiamento: custo, estrutura de capital e nível de endividamento. Custo de capital total e de fontes específicas. Lucros retidos. Debêntures. *Leasing*. Mercado cambial. Política de dividendos. Economia brasileira: origens e consequências da substituição de importações no Brasil. Análise da Política Econômica e do comportamento da Economia Brasileira após a II Grande Guerra. Economia do Maranhão: a distribuição espacial da economia maranhense. A estrutura do Produto Interno Bruto brasileiro e estadual. A evolução da formação do PIB nas últimas décadas. A economia maranhense e o Mercado Internacional. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **ANALISTA JUDICIÁRIO B – ENGENHEIRO CIVIL**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Projeto, fiscalização e supervisão de arquitetura, instalações elétricas, instalações hidráulicas, instalações de condicionamento de ar, instalações especiais, fundações, infra e superestrutura. Cálculo estrutural. Fundações: tipos, recomendações, indicações. Medições e aceitação de obras. Técnicas construtivas – da locação ao recebimento da obra. Cálculo diferencial e integral. Topografia e Geodésia. Orçamento de obras, quantitativas, custos, BDI. Madeiras – tipos, características, usos recomendados, projetos de estrutura de madeira. Estruturas de aço – projeto e construção. Especificação e contratação de projetos, obras e serviços de construção e demolição. Contratação de serviços: Licitações – Lei 8.666/93 e suas alterações, contrato, responsabilidade e garantias, licenças, aprovações e franquias. Plano-mestre e cronograma-mestre, cronograma físicos e financeiros; fluxo de caixa; programação de pessoal, materiais equipamentos; sistemática de apropriação de quantitativos físicos e de custos; controle físico e de custos; análise de resultados; garantia e controle da qualidade dos serviços. Quantificação e orçamentação de insumos de projetos, obras e serviços. Fiscalização da construção: recebimento dos serviços; desmobilização de pessoal, remoção e destinação das instalações transitórias; medidas de garantia da integridade da obra; vistorias, perícias, avaliações, arbitramento, laudos e pareceres técnicos. Ferramentas automatizadas para projetos de Engenharia. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **ANALISTA JUDICIÁRIO B – ENGENHEIRO ELETRICISTA**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Luminotécnica: iluminação interna e externa; método do fluxo total; método das cavidades zonais; método das cavidades luminosas; principais tipos de fontes luminosas. Instalação elétrica residencial: distribuição de carga; distribuição de circuitos; dimensionamentos; NB3. Instalação elétrica de edifícios de uso coletivo: distribuição de circuitos; quadro de medição; prumadas; dimensionamentos, subestação. Instalação elétrica industrial: principais configurações; subestações; dimensionamento. Proteção de instalações elétricas: principais dispositivos; dimensionamento; seletividade. Instalações telefônicas prediais: distribuição de pontos; distribuidor geral; centrais; cabeagem. Correção de fator de potência: capacitores; configuração de bancos de capacitores; dimensionamento. Distribuição de energia elétrica: principais configurações; subestação de distribuição. Máquinas elétricas: princípio de funcionamento; máquinas girantes; seleção. Instalações complementares: para-raios; antena coletiva; alarmes anti-roubo e anti-incêndio; comunicação interna. Normas: normas brasileiras; normas das concessionárias de energia e de telefonia. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **ANALISTA JUDICIÁRIO B – MÉDICO CARDIOLOGISTA**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Diagnóstico diferencial; Interpretação ECG; Exames de imagem e laboratoriais; Cardiopatias congênitas na infância, na adolescência e na idade adulta. Cardiopatias adquiridas na infância e adolescência. Valvopatias. Endocardite infecciosa. Patogenia e tratamento da arteriosclerose. Dislipidemia; Fatores de risco para doença coronariana. Fluxo coronário e isquemia miocárdica. Infarto agudo do miocárdio. Cardiopatia isquêmica crônica. Reabilitação de doenças coronarianas. Cardiomiopatias e miocardites. Tumores primários do coração. Doenças do pericárdio. Doenças da Aorta. Tromboembolismo pulmonar. *Cor pulmonale*. Hipertensão arterial. Terapêutica cardiovascular. Arritmias cardíacas. Reanimação cardiopulmonar; Choque.

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **ANALISTA JUDICIÁRIO B – MÉDICO CLÍNICO GERAL**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Diagnóstico diferencial. Diagnóstico sindrômico. Doenças infecciosas e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Neoplasias benignas e malignas. Doenças cardiovasculares: cardiopatia isquêmica, doença valvar cardíaca, insuficiência cardíaca, miocardiopatias, arritmias cardíacas, doença vascular periférica, dor torácica aguda; Hipertensão arterial sistêmica; Reanimação cardiopulmonar; Doenças respiratórias: infecções do trato respiratório alto e baixo, pneumonias comunitárias, asma brônquica, doença obstrutiva pulmonar, insuficiência respiratória. Doenças renais: insuficiências renais aguda e crônica, infecções do trato urinário, litíase urinária; Distúrbios ginecológicos. Distúrbios prostáticos. Doenças do sistema reprodutor. Terapêutica hormonal. Doenças gastro-intestinais. Doenças hepatobiliares e pancreáticas. Doenças do sistema hematológico. Doenças da tireóide, diabetes *mellitus* e outras doenças do sistema endócrino. Doenças do sistema músculo-esquelético, artrite reumatóide, osteoartrites e outras doenças reumáticas. Doenças do sistema nervoso, epilepsia, doença cerebrovascular. Ansiedade, depressão, distúrbio bipolar. Distúrbios do balanço hidro-eletrolítico e distúrbios nutricionais. Dislipidemias. Antibioticoterapia. Antiinflamatórios. Choque. Intoxicações exógenas. Exames imagenológicos e gráficos. Exames laboratoriais – interpretação. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **ANALISTA JUDICIÁRIO B – MÉDICO PEDIATRA**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

A consulta pediátrica. Avaliação do recém-nascido normal. Avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil e seus distúrbios. Nutrição e distúrbios nutritivos. Aleitamento materno. Vacinação/imunizações. Doenças infecto-contagiosas e parasitárias. Doenças exantemáticas. Diarréias agudas e crônicas. Desidratação e terapia hidroeletrólítica. Anemias. Afecções da pele; Afecções agudas do aparelho respiratório. Asma brônquica; Afecções agudas do aparelho genito-urinário. Infecções do sistema nervoso central. Afecções agudas dos olhos, ouvidos, boca, nariz e garganta. Afecções do aparelho digestivo, diarréias agudas e crônicas. Doença ulcerosa péptica, gastrite e *Helicobacter Pylori*. Doença do refluxo gastroesofágico. Abdome agudo – inflamatório, hemorrágico, obstrutivo e perfurativo. Deformidades ortopédicas congênitas. Febre reumática. Complicações agudas do diabetes *mellitus*. Convulsões. Choque. Intoxicações exógenas. Septicemia. Reanimação cardio-respiratória. Emergências hipertensivas. Hipertensão intracraniana. Acidentes, traumas e semi-afogamento. Atendimento inicial à criança politraumatizada e queimada; Diagnóstico precoce do câncer e síndromes para neoplásicas. Noções básicas de hematologia e oncologia pediátrica. Distúrbios hemorrágicos. Noções básicas cardiologia pediátrica. Terapêutica hormonal. Antibiótico. Antiinflamatório. Choque. Convulsões. Intoxicações exógenas. Diagnóstico diferencial. Exames de imagem e gráficos. Exames laboratoriais; Formas de violência na criança e no adolescente. Atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência. Prevenção de acidentes e vitimização de crianças e adolescentes; Acolhimento da criança e do adolescente. Acolhimento da família. Acolhimento de grupos. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **ANALISTA JUDICIÁRIO B – ODONTÓLOGO**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Traumatismo em dentes permanentes jovens. Dentística restauradora – diagnóstico e tratamento. Ortodontia preventiva. Níveis de prevenção. Erupção dental. Oclusão. Semiologia – exame do paciente. Técnicas radiográficas. Prevenção das doenças periodontais. Prevenção da cárie dental. Diagnóstico das lesões agudas da cavidade bucal. Anatomia em cirurgia oral. Avaliação pré-operatória. Técnicas anestésicas. Alterações periodontais agudas. Diagnóstico e tratamento dos problemas de origem endodôntica. Placa bacteriana. Controle de placa – meios físicos e químicos. Epidemiologia da cárie e doença periodontal. Exodontia: técnicas e acidentes. Esterilização e desinfecção em odontologia. Perícia odontológica: no foro criminal, trabalhista, civil e sede administrativa. Responsabilidade profissional. Doenças Ocupacionais, Normas Técnicas de Avaliação

de incapacidade laborativa; fundamentos de Normas Técnicas Periciais. Saúde pública, higiene e profilaxia: Níveis de promoção da saúde e prevenção da doença. Medidas de saneamento básico e suas repercussões sobre a saúde. Imunização. Assistência primária de saúde. Principais doenças infecto-contagiosas. Prevenção de saúde bucal em Odontopediatria. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **ANALISTA JUDICIÁRIO B – PSICÓLOGO**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Psicologia: conceituação; principais correntes teóricas e áreas de conhecimento. Motivação, aprendizagem, comunicação, liderança. O psicólogo e as múltiplas áreas de intervenção: o psicólogo e a saúde; o psicólogo e a educação; o psicólogo e as instituições sociais e as organizações. Processo de desenvolvimento humano normal nos aspectos biológicos, cognitivos, afetivo-emocional, social e na interação dinâmica entre esses aspectos na infância, adolescência, idade adulta e terceira idade. Fundamentos da psicopatologia geral: o processo de desenvolvimento patológico e suas implicações estruturais e dinâmicas, nos distúrbios de conduta e da personalidade de forma geral. Prática terapêutica: psicodiagnóstico; atuação terapêutica; psicoterapia breve; psicossomática; grupos terapêuticos. Seleção e orientação de pessoal: conceitos; objetivos; instrumentos e técnicas de seleção; os testes psicológicos; a entrevista; dinâmicas de grupo e jogos em seleção; elaboração de laudos psicológicos; orientação educacional e profissional. Comportamento humano nas organizações; dinâmica das relações interpessoais; aconselhamento psicológico. Psicologia dos grupos: formas de atendimento grupal na organização pública; tipos de grupo; processos grupais; psicoterapia de grupos; grupos operativos; orientação familiar; orientação a grupos sobre dependência e co-dependência na adicção. A ética na prática da psicologia. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **ANALISTA JUDICIÁRIO C – ASSISTENTE SOCIAL**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Políticas sociais públicas no Brasil. A evolução histórica do Serviço Social no Brasil. As influências européia e norte-americana. O movimento de reconceitualização do Serviço Social no Brasil e na América Latina. A trajetória histórica da assistência social na profissão. Construção do conhecimento na trajetória histórica da profissão. As questões teórico-metodológicas do Serviço Social: métodos, instrumentos, técnicas. A pesquisa social e sua relação com a prática do Serviço Social. Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo. Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional. O processo de trabalho no Serviço Social. Interdisciplinariedade. Movimentos sociais. Terceiro Setor. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica da Assistência Social. Código de Ética do Assistente Social. Seguridade Social. Sistema Único de Saúde – SUS / Lei 8080/90. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **ANALISTA JUDICIÁRIO C – BIBLIOTECÁRIO**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Documentação: conceitos básicos e finalidades da documentação. Normalização de documentação. Caracterização dos documentos. Indexação. A profissão do bibliotecário – legislação. Classificação Decimal de Dewey (CDD) e/ou Classificação Decimal Universal (CDU). Catalogação (AACR), tipos e funções do catálogo. Catalogação descritiva. Problemas de entrada e remissivas. Problemas de cabeçalhos de pessoas e entidades coletivas. Organização e administração da biblioteca – OAB. Teorias da OAB. Estrutura organizacional. Planejamento de bibliotecas e sistemas de informação. Política de seleção e processo de aquisição em bibliotecas. Referência: fontes de informação. Estratégia de busca da informação. Estudo do usuário. Disseminação da informação. Automação: fundamentos e instrumentos de análise de sistemas. Planejamento da automação. Principais sistemas de informação automatizados nacionais e internacionais. Documentação jurídica: conceitos e instrumentalização da documentação jurídica. Noções de técnica legislativa. Tratamento adequado dos atos jurídicos (projetos, leis, decretos-lei,

medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções legislativas, atos, portarias e outros). Tratamento adequado de documentação legislativa (moções, requerimentos, indicações, discursos e outros). Tratamento adequado de atos jurisprudenciais. Recuperação da informação jurídica. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

## **ANALISTA JUDICIÁRIO C – BIOLOGIA MOLECULAR**

### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Conceitos básicos sobre Genética Humana: gene e cromossomo. Ciclo celular: mitose e meiose. Estudo do cariótipo humano. Aberrações numéricas e estruturais dos cromossomos humanos. Resposta imune celular. Complexo maior de histocompatibilidade e citocinas. Metodologia e aplicações da tecnologia do DNA recombinante. Técnicas para diagnóstico genético. Técnicas laboratoriais e manipulação celular: microscopia, cultura celular, colorações, radioisótopos, citogenética, Normas de Biossegurança: normas de segurança dentro de um laboratório geral. Armazenamento de dados. Identificação dos materiais. Controles de equipamentos. Conhecimentos sobre anatomia, embriologia e fisiologia da reprodução. Gametogênese e regulação do ciclo reprodutivo. Bioética e legislação em reprodução assistida: situação atual em reprodução humana assistida. Resoluções do Conselho Federal de Medicina 1992 e do Conselho Nacional de Saúde (196/96 e 303/2000). Epidemiologia e propedêutica básica da infertilidade. Metabolismo embrionário x meios de cultura: fases de desenvolvimento embrionário. Necessidades nutricionais do embrião em cada fase de desenvolvimento. Técnicas de avaliação espermática e processamento seminal. Técnicas de recuperação espermática. Técnicas de reprodução assistida: inseminação artificial, fertilização *in vitro* e injeção intracitoplasmática de espermatozoides. Criopreservação de oócitos. Qualidade e seleção embrionária. Controle de qualidade em laboratório de RHA: importância do controle de qualidade nos laboratórios de reprodução assistida. Fatores interferentes no metabolismo celular (gametas e embriões). **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

## **ANALISTA JUDICIÁRIO C – ENFERMEIRO**

### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Lei do exercício profissional: Lei nº 7498, de 1996, alteração de seu artigo 23 (Lei 8967) e Decreto nº 94406/87. Código de Ética de Enfermagem [Resolução COFEN 160 RJ 12/05/93]. Resolução COFEN 195/97 e Resolução COFEN 240/00. Direitos da criança, do adolescente e do idoso. Metodologia da assistência de enfermagem. Teorias de enfermagem. Metodologia da Pesquisa aplicada à enfermagem: conhecimento da terminologia usada na pesquisa e estatística básica. Políticas de saúde do Ministério da Saúde: a estratégia de saúde da família, o Programa de Agentes Comunitário de Saúde, o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento. Situação da saúde da população: perfil epidemiológico, indicadores de saúde. Doenças transmissíveis. Doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. Doenças infecciosas imunopreveníveis. Programação em saúde: diagnóstico de saúde da população e do serviço, estabelecimento de necessidades e metas, implementação de ações. Consulta de enfermagem e trabalho educativo com os grupos. Assistência de enfermagem nas ações de vigilância epidemiológica: imunização (esquema básico recomendado pelo Ministério da Saúde, rede de frio), ações de prevenção e controle (notificação compulsória, investigação epidemiológica, ações de bloqueio, ações educativas). Assistência de enfermagem à saúde da mulher, com ênfase à prevenção e controle do câncer cérvico uterino e de mama, climatério, planejamento familiar (anticoncepção, infertilidade e direitos reprodutivos). Assistência de enfermagem no pré-natal, parto, puerpério e ao recém-nascido. Aleitamento materno. Assistência de enfermagem à saúde da criança e do adolescente: avaliação do crescimento e desenvolvimento, doenças prevalentes na infância (afecções respiratórias, diarreia, desidratação, desnutrição, verminose), distúrbios neurológicos, cardíacos, gástricos, nutricionais, esquelético, endócrino; urgências e emergências, negligência e maus tratos. Assistência de enfermagem ao adulto: afecções do sistema nervoso central, respiratório, gastrointestinal, cardiovascular, endócrino, afecções dermatológicas. Anatomia e fisiologia dos órgãos e sistemas. Procedimentos de assepsia e antisepsia. Noções de microbiologia e parasitologia. Métodos de desinfecção e esterilização. Precauções universais. Fundamentos de enfermagem: sinais vitais, terapêutica medicamentosa, oxigenioterapia, alimentação, hidratação, curativo, soldagens, cuidados com as eliminações, bandagem, glicosúria, coleta de material para exames laboratoriais. Higiene e segurança no trabalho. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

## **ANALISTA JUDICIÁRIO C – ESTATÍSTICO**

### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Estatística documentária – planejamento de levantamentos, principais fases e operações. Elaboração da informação. O sistema estatístico nacional. Estatística descritiva – distribuição de frequência simples e acumulada. Histogramas e polígonos de frequência. Momentos ordinários e centrais. Assimetria e curtose. Gráficos estatísticos. Probabilidade. Distribuições de probabilidade – Poisson, binomial, hipergeométrica, uniforme, exponencial, normal e qui-quadrado. Inferência Estatística – teoria da amostragem. Amostragem aleatória simples e composta. Teoria de estimação de modelos paramétricos. Estimação pontual e por intervalos de confiança. Testes de hipóteses. Testes não paramétricos. Ajustamento de curvas. Método dos mínimos quadrados. Polinômios de Tchebycheff. Análise de séries temporais – tendência, variações estacionais, cíclicas e aleatórias. Médias móveis. Estimação e projeção. Regressão e correlação – simples e múltipla. Predição. Análise de Variância. Análise estatística multivariada. Distribuições assintóticas. Estimação e testes de hipóteses em populações multivariadas. Números-índices.

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

## **ANALISTA JUDICIÁRIO C – LICENCIADO EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

#### **Noções de Informática – 8 (oito) questões**

Será aplicado o programa de Noções de Informática indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

#### **Matemática e Raciocínio Lógico – 5 (cinco) questões**

Será aplicado o programa de Matemática e Raciocínio Lógico indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

#### **Organização Judiciária Estadual – 7 (sete) questões**

Será aplicado o programa de Organização Judiciária Estadual indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Comunicação humana: conceitos, elementos, funções, linguagem oral e escrita, níveis de linguagem. Oratória. Vocabulário jurídico. Língua Portuguesa aplicada à linguagem do foro. Linguagem Forense: estilo e técnica. Vocabulário jurídico. Redação Oficial. Conhecimentos lingüísticos: fonologia, morfossintaxe, semântica, ortografia. Práticas sociais de leitura. Leitura e interdisciplinaridade. Gramática. Lingüística. Coerência e coesão textual. Interpretação de texto.

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

## **ANALISTA JUDICIÁRIO C – PEDAGOGO**

### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

O homem enquanto sujeito social. Educação e sociedade. Cidadania e direitos sociais. Diversidade cultural. Legislação educacional. Planos de educação. Plano, projeto, programa e atividades: conceituação e implicações. Função social do pedagogo na sociedade contemporânea. Projeto pedagógico. Pedagogia: processos de gestão democrática. Autonomia. Gestão empresarial, treinamento e Pedagogia. Mediação pedagógica: relações entre conhecimento, realidade e aprendizagem. Sistemas de Ensino. Educação escolar. Mídia e conhecimento. Tecnologia educacional: preparação e apresentação de áudio-visuais. A mulher e a sociedade. Pedagogia da infância e da adolescência. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

## **PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – 20 (VINTE) QUESTÕES**

Todos os cargos e especialidades de Nível Superior, exceto Analista Judiciário A, Analista Judiciário B – especialidade Analista de Sistemas – Desenvolvimento, Analista Judiciário B – especialidade Analista de Sistemas – Suporte e Redes e Analista Judiciário C – especialidade Licenciado em Letras – Língua Portuguesa, farão prova objetiva de Conhecimentos Gerais com 20 (vinte) questões, a partir das seguintes matérias, quantitativos de questões e programas:

### **Língua Portuguesa – 7 (sete) questões**

Ortografia. Acentuação. Flexão nominal e verbal. Classes de palavras. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Pontuação. Significação das palavras. Homônimos e parônimos. Emprego de maiúsculas e minúsculas. Redação. Compreensão e interpretação de texto.

### **Noções de Informática – 4 (quatro) questões**

Conceitos básicos. *Software* e *hardware*. Noções do ambiente Windows. Editor de texto Word. Conceitos de Internet e Intranet. Internet Explorer. Correio eletrônico. Cópias de segurança (*backup*). Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios). Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.

### **Matemática e Raciocínio Lógico – 2 (duas) questões**

Conjuntos numéricos. Operações: propriedades e problemas envolvendo as quatro operações, inclusive nas formas fracionária e decimal. Razão e proporção. Divisão proporcional. Porcentagem. Regra de três. Juros simples e compostos. Noções básicas de Lógica. Pesos e medidas. Sistema Métrico Decimal.

### **Organização Judiciária Estadual – 7 (sete) questões**

Da Justiça Estadual. Da Divisão Judiciária do Maranhão. Comarcas, termos e zonas. Entrância e instância. Dos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão. Do Tribunal de Justiça. Da Corregedoria Geral da Justiça. Dos Juizes de Direito: ingresso na carreira, juizes substitutos, juizes auxiliares, juizes titulares. Do Tribunal de Júri e da Justiça Militar Estadual. Dos Juizados Especiais e da Justiça de Paz. Dos magistrados: posse, exercício, antiguidade, direitos e garantias, vencimentos e vantagens, licenças e férias, deveres e sanções. Dos serviços judiciais e dos servidores do Poder Judiciário: serviços auxiliares da Justiça e servidores do Poder Judiciário. Da Secretaria do Tribunal de Justiça, da Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, das Secretarias Judiciais e das Secretarias de Diretoria de Fórum: nomeação, atribuições, substituições. Dos oficiais de justiça. Dos serventuários e dos funcionários: nomeação, posse, compromisso, exercício, direitos e garantias, férias, licenças, disponibilidade e aposentadoria, deveres e sanções. Do processo administrativo disciplinar. Dos serviços extrajudiciais: notários e registradores, auxiliares, concurso de remoção e de ingresso. Da fiscalização pelo Poder Judiciário. Custas e emolumentos. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

## **CARGOS DE NÍVEL MÉDIO (SEGUNDO GRAU)**

### **COMISSÁRIO DE MENORES**

#### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL MÉDIO.

#### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Noções de Direito Civil e de Direito Processual Civil: Das pessoas. Domicílio e residência. Do Direito de Família. Do casamento e da dissolução da sociedade conjugal (Separação Judicial e Divórcio). Relações de Parentesco (Disposições gerais – art. 330 a 336 do CC). Dos órgãos judiciais e dos auxiliares da justiça: Dos auxiliares da Justiça (Art. 139 do CPC); Do serventuário e do Comissário de Menores. Noções de Direito Processual Penal: Dos crimes contra a pessoa (Art. 121 a 154, CP). Mandado de Captura (Art. 763, CPP). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). [CC – Código Civil. CPC – Código de Processo Civil. CP – Código Penal. CPP – Código de Processo Penal.] **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 30 de junho de 2004.]**

#### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

## **TÉCNICO JUDICIÁRIO A – TÉCNICO EM CONTABILIDADE**

#### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL MÉDIO.

#### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Patrimônio: conceito. Fórmulas de lançamento. Boletins financeiros: caixa, bancos e conciliações. Sistemas de contas. Entidades sujeitas a orçamento e contabilidade pública. Funções da contabilidade Pública. Estrutura, funções e funcionamento das contas dos anexos 1, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da Lei 4.320 (de 17.03.64). Despesas de capital não apropriáveis no Ativo Permanente. Lançamentos contábeis e registros analíticos. Classificação da Receita Orçamentária, em nível de 4º dígito, do anexo 3, da Lei 4.320. Tributos locais e transferências constitucionais da União e dos estados, que constituem receitas dos municípios. Classificação institucional da despesa: finalidades. As 16 classes de funções de despesa. Os subprogramas típicos das funções – administração e planejamento, educação e cultura, habitação e urbanismo, saúde e saneamento, assistência e previdência e dos programas – transporte rodoviário e transporte urbano. Conceitos de projeto e de atividade. Empenho e nota

de empenho. Os créditos adicionais. As fases da receita. As fases da despesa. Modalidades, limites, dispensa e inexigibilidade de licitação para compras, obras e serviços. Cláusulas necessárias nos contratos. Documentos hábeis a serem fornecidos pelos credores, na entrega de materiais, prestação de serviços ou execução de obras. O exercício financeiro. Legislação do exercício profissional. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 30 de junho de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

## **TÉCNICO JUDICIÁRIO A – TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL MÉDIO.

### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Tecnologia da construção civil – aspectos gerais da construção, limpeza do terreno, instalação do canteiro de obras, locação de obras, escavações, noções de fundações, argamassas, contra-pisos, alvenaria de tijolos, revestimentos (pisos, paredes, tetos), vidros, instalações elétricas, hidro-sanitárias e complementares, andaimes, coberturas, esquadrias, pinturas, concreto, estrutura de concreto armado, lajes, vigas, tipos de aços, prospecção do subsolo, tubulações, blocos. Materiais de construção civil – madeiras, materiais metálicos, materiais plásticos, aglomerantes, argamassas, pedras naturais, agregados, concreto, vidros, materiais cerâmicos, tintas e vernizes, materiais betuminosos, fibro-cimento. Orçamento e cronograma – contrato, caderno de encargos, t.c.p.o., físico, financeiro. Leitura e interpretação de projetos arquitetônicos, estruturais, hidro-sanitários, elétricos, telefônicos, preventivos de incêndio e outros projetos complementares. Planejamento da construção civil. Máquinas e equipamentos usados na construção civil. Legislação do exercício profissional. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 30 de junho de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

## **TÉCNICO JUDICIÁRIO A – TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL MÉDIO.

### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Lei do Exercício Profissional: Lei nº 7498, de 1996, alteração de seu artigo 23 (Lei 8967) e Decreto nº 94406/87. Código de Ética de enfermagem [Resolução COFEN 160 RJ 12/05/93]. Resolução COFEN 195/97 e Resolução COFEN 240/00. Direitos da criança, do adolescente e do idoso. Anatomia e fisiologia dos órgãos e sistemas. Procedimentos de assepsia e antisepsia. Noções de microbiologia e parasitologia. Métodos de desinfecção e esterilização. Precauções universais. Fundamentos de enfermagem: sinais vitais, terapêutica medicamentosa, oxigenioterapia, alimentação, hidratação, curativo, sondagens, cuidados com as eliminações, bandagem, glicosúria, coleta de material para exames laboratoriais. Cuidados de enfermagem ao adulto: afecções do sistema nervoso central, respiratório, gastrointestinal, cardiovascular, endócrino, esquelético; afecções dermatológicas; urgências e emergências. Cuidados de enfermagem à saúde da mulher, com ênfase à prevenção do câncer de colo uterino e mama. Doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, climatério, planejamento familiar. Noções e cuidados básicos de enfermagem em pediatria: avaliação do crescimento e desenvolvimento da criança e adolescente; doenças prevalentes na infância (afecções respiratórias, diarreia, desidratação, desnutrição, verminose); distúrbios neurológicos, cardíacos, gástricos, nutricionais, esquelético, endócrino; urgências e emergências, maus tratos e negligência. Imunização: esquema básico recomendado pelo Ministério da Saúde; doenças preveníveis por imunização, rede de frio. Noções de vigilância epidemiológica, notificação compulsória. Cuidados de enfermagem nas doenças transmissíveis. Indicadores de saúde. Cuidados de enfermagem no pré-natal, parto e puerpério e ao recém-nascido. Aleitamento materno. Higiene e segurança no trabalho. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 30 de junho de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

## **TÉCNICO JUDICIÁRIO A – TÉCNICO DE INFORMÁTICA – HARDWARE**

### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

#### **Língua Portuguesa – 7(sete) questões**

Será aplicado o programa de Língua Portuguesa indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL MÉDIO.

#### **Matemática e Raciocínio Lógico – 6 (seis) questões**

Será aplicado o programa de Matemática e Raciocínio Lógico indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL MÉDIO.

#### **Organização Judiciária Estadual – 7 (sete) questões**

Será aplicado o programa de Organização Judiciária Estadual indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL MÉDIO.

## **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Fundamentos de computação. Organização e arquitetura de computadores. Componentes de um computador (*hardware* e *software*). Conceitos da arquitetura cliente-servidor. Sistemas operacionais: funcionamento e configuração do Windows, noções de Unix e Linux. Redes de computadores: princípios e fundamentos de comunicação de dados; principais meios de transmissão de dados; noções sobre operação e manutenção de redes. Estações e servidores. *Hardware*: histórico, arquitetura e funcionamento dos microcomputadores do padrão IBM-PC; arquitetura geral de um microprocessador (diagrama de blocos), registradores, conceito de microprograma, linguagem de máquina e *assembly*; mapeamento de memória e I/O, placas-mãe e *chipsets*, tipos de memória, memória RAM (estática e dinâmica), barramentos ISA, EISA, MCA, PCI, PCMCIA, AGP, USB e FireWire, *floppies* e discos rígidos (SCSI e IDE), interfaces e monitores de vídeo, incluindo placas 3D; dispositivos de entrada e saída; instalação, configuração e utilização de periféricos (*scanner*, kit multimídia, DVD) e de *modems*; instalação, montagem, configuração e manutenção de microcomputadores, monitores e impressoras (matriciais, jato de tinta e laser). Legislação do exercício profissional. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 30 de junho de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **TÉCNICO JUDICIÁRIO A – TÉCNICO DE INFORMÁTICA – SOFTWARE**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

###### **Língua Portuguesa – 7(sete) questões**

Será aplicado o programa de Língua Portuguesa indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL MÉDIO.

###### **Matemática e Raciocínio Lógico – 6 (seis) questões**

Será aplicado o programa de Matemática e Raciocínio Lógico indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL MÉDIO.

###### **Organização Judiciária Estadual – 7 (sete) questões**

Será aplicado o programa de Organização Judiciária Estadual indicado na Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos apresentada neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL MÉDIO.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Fundamentos de computação. Sistemas operacionais: funcionamento e configuração do Windows, noções de Unix e Linux; noções sobre operação e manutenção de redes. Redes de computadores: princípios e fundamentos de comunicação de dados; Segurança: senhas, criptografia, backup e arquivamento, vírus e programas de proteção e remoção. Microsoft Word. Microsoft Excel. Internet Explorer. Outlook Express. Intranet e Internet (www e correio eletrônico). Legislação do exercício profissional. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 30 de junho de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **TÉCNICO JUDICIÁRIO A – TÉCNICO EM LABORATÓRIO**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL MÉDIO.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Noções sobre coleta, acondicionamento, armazenamento e transporte de amostras, para análise laboratorial. Noções sobre lavagem, desinfecção e esterilização. Equipamentos mais freqüentes encontrados nos laboratórios: a) Nomenclatura; b) Utilização. Vidraria de laboratório: a) nomenclatura; b) utilização. Biologia – noções gerais sobre microorganismos (vírus, bactérias, fungos, helmintos e protozoários). Noções sobre o preparo de meios de cultura, insumos e reagentes de uso laboratorial. Noções sobre preparo de lâminas, esfregaços e métodos de coloração. Noções sobre técnicas de laboratório: aglutinação, ELISA, imunofluorescência. Normas e equipamentos de biossegurança. Noções de controle ambiental: o lixo hospitalar. Legislação do exercício profissional. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 30 de junho de 2004.]**

### **3. Prova Discursiva**

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

#### **TÉCNICO JUDICIÁRIO A – TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES**

##### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL MÉDIO.

##### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Eletrônica Digital – sistema de numeração; portas lógicas; álgebra de Boole; códigos binários. Circuitos combinacionais. Circuitos seqüenciais. Famílias lógicas. Memórias semicondutoras. Microprocessadores. Telefonia analógica e digital – aparelho telefônico.

Redes telefônicas. Centrais telefônicas (públicas e privadas). Planejamento telefônico. Sinalização telefônica. Funcionamento básico de CPAs. Meios de transmissão – campo eletromagnético. Linhas de transmissão. Propagação de ondas eletromagnéticas. Comunicação – modulação em amplitude. Modulação em fase e em frequência. Multiplexação em frequência e tempo. Modulação em sistemas pulsados. Elementos de comunicação digital. Ruídos. Comunicação de dados – conceitos básicos de informática. Códigos, características de transmissão, modulação, interfaces, protocolos, técnicas de detecção de erros e meios de comunicação. Equipamentos de comunicação de dados: *modem* analógico e digital; conversores, multiplexadores e processadores de rede. Redes de comunicação de dados: redes locais e redes de grandes distâncias. Legislação do exercício profissional. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 30 de junho de 2004.]**

### 3. Prova Discursiva

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

## TÉCNICO JUDICIÁRIO B

### 1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL MÉDIO.

### 2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões

Administração Geral: departamentalização: conceitos, tipos e princípios. Delegação de poderes: centralização e descentralização. Funções essenciais da organização: técnica, financeira, segurança, contábil, administrativa, operações e pessoal. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Tipos de liderança. Motivação. Comunicação. Organização: Conceitos. Finalidade e utilidades. Tipologia. Características. Princípios gerais. Gráficos de organização: conceitos, tipos, elaboração, finalidades, simbologia. Manuais, regulamentos, normas organizacionais. Serviço de protocolo e arquivo: tipos de arquivo, acessórios do arquivo, fases do arquivamento: técnicas, sistemas e métodos. Protocolo: recepção, classificação, registro e distribuição de documentos. Expedição de correspondência: registro e encaminhamento. Recepção: informações, encaminhamento, atendimento à clientes, registro, manuseio e transmissão de informações. Apresentação pessoal: vestuário, postura, etc. Relacionamento interpessoal: a importância do autoconhecimento, as diferenças individuais, temperamento, caráter, personalidade, superação de conflitos no relacionamento, capacidade de empatia. Elementos da comunicação: emissor e receptor, canais de comunicação, mensagens, códigos e interpretação, obstáculos à comunicação, a voz e suas funções. Meios de comunicação modernos: telex, fax, computador, etc. Ética no exercício profissional: a imagem da organização, imagem profissional, sigilo e postura.

### 3. Prova Discursiva

5 (questões) teóricas e/ou práticas abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos.

## PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – 20 (VINTE) QUESTÕES

Todos os cargos e especialidades de Nível Médio, exceto Técnico Judiciário A – especialidade Técnico de Informática – *Hardware* e Técnico Judiciário A – especialidade Técnico de Informática – *Software*, farão prova objetiva de Conhecimentos Gerais com 20 (vinte) questões, a partir das seguintes matérias, quantitativos de questões e programas:

### Língua Portuguesa – 7 (sete) questões

Ortografia. Acentuação. Flexão nominal e verbal. Classes de palavras. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Pontuação. Significação das palavras. Homônimos e parônimos. Emprego de maiúsculas e minúsculas. Redação. Compreensão e interpretação de texto.

### Noções de Informática – 4 (quatro) questões

Conceitos básicos. *Software* e *hardware*. Noções do ambiente Windows. Editor de texto Word. Conceitos de Internet e Intranet. Internet Explorer. Correio eletrônico. Cópias de segurança (*backup*). Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios). Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.

### Matemática e Raciocínio Lógico – 2 (duas) questões

Conjuntos numéricos. Operações: propriedades e problemas envolvendo as quatro operações, inclusive nas formas fracionária e decimal. Razão e proporção. Divisão proporcional. Porcentagem. Regra de três. Juros simples e compostos. Noções básicas de Lógica. Pesos e medidas. Sistema Métrico Decimal.

### Organização Judiciária Estadual – 7 (sete) questões

Da Justiça Estadual. Da Divisão Judiciária do Maranhão. Comarcas, termos e zonas. Entrância e instância. Dos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão. Do Tribunal de Justiça. Da Corregedoria Geral da Justiça. Dos Juizes de Direito: ingresso na carreira, juizes substitutos, juizes auxiliares, juizes titulares. Do Tribunal de Júri e da Justiça Militar Estadual. Dos Juizados Especiais e da Justiça de Paz. Dos magistrados: posse, exercício, antiguidade, direitos e garantias, vencimentos e vantagens, licenças e férias, deveres e sanções. Dos serviços judiciais e dos servidores do Poder Judiciário: serviços auxiliares da Justiça e servidores do Poder Judiciário. Da Secretaria do Tribunal de Justiça, da Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, das Secretarias Judiciais e das Secretarias de Diretoria de Fórum: nomeação, atribuições, substituições. Dos oficiais de justiça. Dos serventuários e dos funcionários: nomeação, posse, compromisso, exercício, direitos e garantias, férias, licenças, disponibilidade e aposentadoria, deveres e sanções. Do processo administrativo disciplinar. Dos serviços extrajudiciais: notários e registradores, auxiliares, concurso de remoção e de ingresso. Da fiscalização pelo Poder Judiciário. Custas e emolumentos. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**

## **CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL (PRIMEIRO GRAU)**

### **AUXILIAR JUDICIÁRIO**

#### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL.

#### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Serviço de protocolo e arquivo: tipos de arquivo, acessórios do arquivo, fases do arquivamento: técnicas, sistemas e métodos. Protocolo: recepção, classificação, registro e distribuição de documentos. Expedição de correspondência: registro e encaminhamento. Recepção: informações, encaminhamento, atendimento a clientes, registro, manuseio e transmissão de informações. Atendimento ao telefone: recepção/transmissão de recados e informações, transferência de ligações, utilização do telefone e cuidados com o aparelho. Apresentação pessoal: vestuário, postura, etc. Relacionamento interpessoal: a importância do auto-conhecimento, as diferenças individuais, temperamento, caráter, personalidade, superação de conflitos no relacionamento, capacidade de empatia. Elementos da comunicação: emissor e receptor, canais de comunicação, mensagens, códigos e interpretação, obstáculos à comunicação, a voz e suas funções. Meios de comunicação modernos: *telex, fax*, computador, etc. Ética no exercício profissional: a imagem da organização, imagem profissional, sigilo e postura.

#### **3. Prova Discursiva**

Redação, 2 (questões) de Organização Judiciária Estadual e 1 (uma) questão de Matemática, abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos.

### **MOTORISTA**

#### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL.

#### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Legislação (Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento). Regras gerais de circulação. Deveres e proibições. Infrações e penalidades. Dos veículos. Dos condutores de veículos. Direção defensiva. Prevenção de acidentes. Condição adversa. Colisão. Distância. Cruzamento. Ultrapassagem. Hidroplanagem. Curvas. Rodovias. Primeiros Socorros: Atitudes do socorrista. Hemorragia. Queimadura. Fratura. Respiração. Circulação. Entorse. Luxação. Sinalização: sinais de apito; placas de advertência; placas de regulamentação; placas de indicação de Serviço Auxiliar. Sinalização horizontal. Mecânica em geral. Tipos de manutenção, plano de manutenção e lubrificação. Conhecimentos em manutenção de automóveis. Pequenos reparos. Tipos de lubrificantes. Funcionamento elétrico e mecânico. Noções de mecânica, elétrica, solda e noções de hidráulica. Conhecimentos das ferramentas. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho inerentes à atuação do motorista. Relações Humanas. ***[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]***

#### **3. Prova Discursiva**

Redação, 2 (questões) de Organização Judiciária Estadual e 1 (uma) questão de Matemática, abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos.

#### **4. Prova Prática**

Será aplicada Prova Prática conforme definido no item 5.12 e seus sub-itens do Edital.

### **TELEFONISTA**

#### **1. Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos – 20 (vinte) questões**

As matérias, com respectivos programas e quantitativos de questões, conforme indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos, estão apresentados neste Anexo, ao final dos CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL.

#### **2. Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos – 30 (trinta) questões**

Manuseio de listas telefônicas: listas de assinantes por nome, lista de assinantes por ordem de endereço, lista classificada (páginas amarelas). Ligações urbanas, interurbanas, nacionais: discagem via telefonista, classes de chamadas, tarifas, discagem direta a distância (DDD) – utilização dos serviços, tarifas. Utilização dos serviços de atendimento ao público. Aparelhos de PABX: conhecimento e operação, cuidados com o equipamento. Termos técnicos em telecomunicações; fraseologia comum. Relacionamento interpessoal: a importância do autoconhecimento, as diferenças individuais, temperamento, caráter, personalidade, superação de conflitos no relacionamento, capacidade de empatia. Elementos da comunicação, mensagens, códigos e interpretação, obstáculos à comunicação, a voz e suas funções. Meios de comunicações modernos: *telex, fax*, computador, etc. Ética no exercício profissional: a imagem da empresa, imagem profissional, sigilo, postura. ***[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]***

#### **3. Prova Discursiva**

Redação, 2 (questões) de Organização Judiciária Estadual e 1 (uma) questão de Matemática, abrangendo os programas indicados para a Prova Objetiva de Conhecimentos Básicos.

## **PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS BÁSICOS – 20 (VINTE) QUESTÕES**

Todos os cargos de Nível Fundamental farão prova objetiva de Conhecimentos Gerais com 20 (vinte) questões, a partir das seguintes matérias, quantitativos de questões e programas:

### **Língua Portuguesa – 8 (oito) questões**

Ortografia. Acentuação. Flexão nominal e verbal. Classes de palavras. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Pontuação. Significação das palavras. Homônimos e parônimos. Emprego de maiúsculas e minúsculas. Redação. Compreensão e interpretação de texto.

### **Noções de Informática – 4 (quatro) questões**

Conceitos básicos. *Software* e *hardware*. Noções do ambiente Windows. Editor de texto Word. Conceitos de Internet e Intranet. Internet Explorer. Correio eletrônico. Cópias de segurança (*backup*). Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios). Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.

### **Matemática e Raciocínio Lógico – 4 (quatro) questões**

Conjuntos numéricos. Operações: propriedades e problemas envolvendo as quatro operações, inclusive nas formas fracionária e decimal. Razão e proporção. Divisão proporcional. Porcentagem. Regra de três. Juros simples e compostos. Noções básicas de Lógica. Pesos e medidas. Sistema Métrico Decimal.

### **Organização Judiciária Estadual – 4 (quatro) questões**

Da Justiça Estadual. Da Divisão Judiciária do Maranhão. Comarcas, Termos e Zonas. Entrância e Instância. Dos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão. Do Tribunal de Justiça. Da Corregedoria Geral da Justiça. Dos Juízes de Direito: ingresso na carreira, juízes substitutos, juízes auxiliares, juízes titulares. Do Tribunal de Júri e da Justiça Militar Estadual. Dos Juizados Especiais e da Justiça de Paz. Dos magistrados: posse, exercício, antiguidade, direitos e garantias, vencimentos e vantagens, licenças e férias, deveres e sanções. Dos serviços judiciais e dos servidores do Poder Judiciário: serviços auxiliares da Justiça e servidores do Poder Judiciário. Da Secretaria do Tribunal de Justiça, da Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, das Secretarias Judiciais e das Secretarias de Diretoria de Fórum: nomeação, atribuições, substituições. Dos oficiais de justiça. Dos serventuários e dos funcionários: nomeação, posse, compromisso, exercício, direitos e garantias, férias, licenças, disponibilidade e aposentadoria, deveres e sanções. Do processo administrativo disciplinar. Dos serviços extrajudiciais: notários e registradores, auxiliares, concurso de remoção e de ingresso. Da fiscalização pelo Poder Judiciário. Custas e emolumentos. **[Devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de dezembro de 2004.]**